

## Índice

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	2
2.	ACTIVIDADE DA EMPRESA .....	3
2.1.	Modo de prestação do serviço público.....	4
3.	SISTEMA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS .....	5
3.1.	Entrada de Resíduos no Sistema de Gestão de Resíduos da AMBILITAL.....	5
3.1.1.	Aterro Sanitário.....	7
3.1.1.1.	Vida Útil do Aterro Sanitário .....	7
3.2.	Saídas para reciclagem e valorização dos resíduos processados no Sistema de Gestão de Resíduos (SGR) da AMBILITAL .....	9
4.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	10
4.1.	Elementos de informação económica/financeira.....	11
4.2.	Enquadramento fiscal/legal das provisões.....	12
5.	NOVO MODELO DE CÁLCULO DOS VALORES DE CONTRAPARTIDA DA SPV .....	12
6.	RECURSOS HUMANOS.....	13
7.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	13
8.	INFORMAÇÃO RELEVANTE.....	13
9.	EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO .....	14
10.	MENÇÕES FINAIS.....	14

## ANEXOS

### **Relatório de Boas Práticas do Governo Societário**

#### **Demonstrações Financeiras**

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2013.....

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas a 31 de Dezembro de 2013.....

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Período Findo em 31 de Dezembro de 2013.....

Demonstração Individual das alterações de capital próprio no Período de 2013 e 2012.....

Anexo (Período de 2013).....

#### **Mapa de Execução Anual do Plano de investimentos de 2013**

## 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM foi constituída, nos termos da lei n.º 58/98, de 18 do Agosto, Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais – a qual foi entretanto revogada pela Lei 50/2012, de 31 de Agosto, que estatui o regime jurídico do sector empresarial local -, com o fim de gerir o Sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos Municípios Associados da AMAGRA.

1. O capital social da AMBILITAL, integralmente realizado por ambos os sócios, é de três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000,00€), e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma com o valor nominal de um milhão, oitocentos e trinta e seis mil euros (1.836.000€), pertencente à AMAGRA - Associação dos Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente, e a outra com o valor nominal de um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil euros (1.764.000,00€), pertencente à sociedade SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA.
2. São sócias da AMBILITAL a AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente e a SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.;
3. A AMAGRA, detentora de uma participação de capital de 51%, é uma Associação dos Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines e tem por objecto, entre outros, projectar, implementar e gerir o sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos dos seus Municípios Associados;
4. Os Municípios da AMAGRA são titulares de um Sistema Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos constituído por um Aterro Sanitário, Central de Triagem, Sistema de Vidro, Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem, Ecocentro e Central de Valorização Energética (em Ermidas-Sado), quatro Estações de Transferência/Ecocentros (em Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Odemira) e três Ecocentros (Aljustrel, Ferreira do Alentejo e Sines) devidamente equipados, destinados à recepção, transferência, tratamento e valorização, dos RSU provenientes das recolhas municipais dos Municípios seus Associados. Estes municípios são ainda titulares de uma Unidade de Valorização de Resíduos de Construção e Demolição;
5. A SUMA, detentora de uma participação de capital de 49%, é uma sociedade comercial que opera na Área da gestão de resíduos sólidos, com experiência comprovada na recolha, valorização, tratamento e deposição final de resíduos, dominando, entre outras, as tecnologias ligadas à recolha

selectiva, triagem de materiais, valorização de resíduos por compostagem e ainda deposição final de resíduos sólidos em aterro sanitário;

6. A AMBILITAL foi constituída por escritura pública em 5 do Março de 2001 e iniciou a sua actividade em 13 do Março de 2001. Os seus estatutos foram publicados no Diário da República em 5 do Junho do 2001 (III Série DR n.º 130);
7. A empresa tem a sua sede no Monte Novo dos Modernos, freguesia de Ermidas do Sado, concelho de Santiago do Cacém.

## **2. ACTIVIDADE DA EMPRESA**

A AMBILITAL é a empresa responsável pelo acompanhamento da conclusão do investimento inicial efectuado pela CIMAL enquanto AMLA e pela AMAGRA, e pela exploração e gestão das infra-estruturas respectivas, bem como pela avaliação e promoção dos investimentos de ajustamento do Sistema considerando as condições actuais de produção de RSU.

Nos termos dos documentos previsionais para o exercício de 2013 constituíram pressupostos fundamentais da actividade da empresa para o presente exercício:

1. O reforço da estrutura de gestão do Sistema, dotando a empresa das condições necessárias à centralização de competências, afirmando-a como a entidade de referência para a concepção, investimento e gestão em serviços públicos para a recolha e tratamento de RSU;
2. Manter a capacidade do Sistema e ampliar as actividades da empresa e a sua resposta às crescentes exigências de gestão de um maior fluxo de resíduos;
3. Aprofundar a colaboração com os sistemas municipais de recolha e limpeza urbana.

Constituíram actividades relevantes da empresa em 2013:

1. Candidatura ao POVT/ QREN da Construção de Unidade de produção de CDR e sua aprovação;
2. Lançamento dos procedimentos concursais relativos à construção de Unidade de CDR, sua adjudicação e início de execução, nomeadamente:
  - Empreitada de construção da unidade de produção de CDR (206.976,96€);
  - Empreitada de eletricidade e automação da linha de CDR (68.928,50€);
  - Fornecimento da adaptação do sistema de tratamento mecânico para produção de CDR (93.000,00€);
  - Fornecimento de equipamento da unidade de produção de CDR (682.350,00€);

- Aquisição de viatura equipada com sistema de movimentação de contentores (108.000,00€);
- Aquisição de viatura com grua e garra (66.500,00€).
- 3. Lançamento dos procedimentos concursais relativos à construção de Aterro Sanitário, sua adjudicação e início de execução (929.043,32 €);
- 4. Instalação e execução de testes da Central de Valorização Energética;
- 5. Aquisição de 10 contentores de 12 m<sup>3</sup> para RCD;
- 6. Ampliação ETAL – Fase 1 Construção de lagoa de retenção e evaporação de lixiviados;
- 7. Ampliação da UTM e Zona de armazenamento;
- 8. Monitorização das lixeiras da AMAGRA;
- 9. Realização de campanha de caracterização de resíduos indiferenciados, recicláveis e refugo dos municípios integrantes da AMAGRA;
- 10. Participação e promoção de ações de sensibilização;
- 11. Realização de visitas de estudo ao CGR.

### **2.1. Modo de prestação do serviço público**

Cumprindo a sua missão e objectivos, a AMBILITAL como gestora do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos, nomeadamente na deposição em aterro e na recolha selectiva, triagem, valorização dos resíduos recicláveis dos municípios da AMAGRA, continua a contribuir para a melhoria da qualidade ambiental do seu território.

Um dos principais objectivos da AMBILITAL é a prestação, às populações, de um serviço público eficaz e sustentável.

A AMBILITAL continuou durante o ano de 2013 a sua aposta na inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo, nomeadamente com a integração de novas soluções de tratamento de resíduos (CDR), aproveitamento energético do biogás e na busca de novas soluções para aumento do rendimento/ diminuição do refugo no tratamento de resíduos de embalagens plásticas e metálicas das linhas de tratamento de RSU.

No que diz respeito à melhoria da qualidade do serviço prestado, 2013 foi o ano cruzeiro no serviço de lavagem e manutenção de ecopontos.

A AMBILITAL continua a cumprir políticas de desenvolvimento sustentável, assentes numa taxa de rentabilidade 20,74%, e uma tarifa socialmente responsável de 39€/ton que lhe tem permitido atingir o grau de cumprimento dos seus objectivos de forma responsável, equilibrada e com vista a assegurar investimentos futuros.

Os objectivos definidos para 2013 foram cumpridos na sua generalidade.

### 3. SISTEMA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Sistema Intermunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos da AMAGRA é constituído pelo Aterro Sanitário, Central de Triagem, Sistema de Vidro, uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem e uma Central de Valorização Energética localizados em Ermidas-Sado, quatro Estações de Transferência/Ecocentro localizadas em Odemira, Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém e três Ecocentros localizados em Ferreira do Alentejo, Aljustrel e Sines. Estes municípios são ainda titulares de uma Unidade de Valorização de Resíduos de Construção e Demolição.

#### 3.1. Entrada de Resíduos no Sistema de Gestão de Resíduos da AMBILITAL

Tabela 1 - Tabela comparativa de entrada de resíduos no Sistema de Gestão Resíduos da AMBILITAL 2012 e 2013.

	Destino	Tipo de operação	Quantidade recebida 2012 (t)	Quantidade recebida 2013 (t)	Diferencial 2012/2013 (t)	Diferencial 2012/2013 (%)
<b>RESÍDUOS COM ORIGEM URBANA OU EQUIPARADA</b>						
Resíduos Indiferenciados	Aterro Sanitário	Eliminação	49.882,06	46.083,02	-3.799,04	-7,62
Resíduos Indiferenciados	UTM	Valorização	7.897,28	9.540,38	1.643,10	20,81
Resíduos Biodegradáveis (verdes)	Valorização orgânica	Valorização	123,14	84,18	-38,96	-31,64
<b>TOTAL (RU1)</b>			<b>57.902,48</b>	<b>55.707,58</b>	<b>-2.194,90</b>	<b>-3,79</b>
Papel/Cartão	Central de Triagem	Valorização	1.811,94	1.826,31	14,37	0,79
Embalagens Plásticas e Metálicas	Central de Triagem	Valorização	821,13	949,64	128,51	15,65
Embalagens de Vidro	Ecocentro	Valorização	1.754,04	1.613,30	-140,74	-8,02
<b>TOTAL (RU2)</b>			<b>4.387,11</b>	<b>4.389,25</b>	<b>2,14</b>	<b>0,05</b>
Embalagens de Madeira	Ecocentro	Valorização	87,58	136,84	49,26	56,25
REEE	Ecocentro	Valorização	132,88	88,13	-44,75	-33,68
Pilhas	Central de Triagem	Valorização	3,74	5,18	1,44	38,50
Toners	Central de Triagem	Valorização	0,30	1,52	1,22	-
OAU	Ecocentro	Valorização	12,73	14,27	1,54	12,10
Óleos Hidráulicos	Ecocentro	Valorização	0,54	0,73	0,19	35,19
Pneus	Ecocentro	Valorização	411,29	472,54	61,25	14,89
Metais	Ecocentro	Valorização	72,82	79,98	7,16	9,83
Acumuladores de chumbo	Ecocentro	Valorização	0,23	0,89	0,66	-
<b>TOTAL (RU3)</b>			<b>722,11</b>	<b>800,08</b>	<b>77,97</b>	<b>10,80</b>
<b>TOTAL RU</b>			<b>63.011,70</b>	<b>60.896,91</b>	<b>-2.114,79</b>	<b>-3,36</b>
<b>RESÍDUOS COM ORIGEM NÃO URBANA</b>						
Resíduos de Construção e Demolição	Unidade RCD	Valorização	3.036,02	1.141,16	-1.894,86	-62,41
Embalagens e Plásticos Agrícolas	Ecocentro	Valorização	19,85	56,70	36,85	185,64
<b>TOTALRNU</b>			<b>3.055,87</b>	<b>1.197,86</b>	<b>-1.858,01</b>	<b>-</b>

Comparando a quantidade de resíduos com origem urbana ou equiparada recebidos no Sistema de Gestão de Resíduos da AMBILITAL em 2013 com o período homólogo de 2012, verifica-se em termos globais um decréscimo de cerca de -3,79%.

No que diz respeito aos resíduos recicláveis e valorizáveis provenientes da recolha seletiva, verifica-se em termos globais um aumento de 2,14t (0,05%), considerando um aumento nas quantidades de papel/cartão e embalagens plásticas e metálicas recebidas e diminuição nas quantidades de embalagem de vidro.

Relativamente aos restantes resíduos com origem urbana ou equiparada recebidos verifica-se em termos globais um aumento nos quantitativos de 77,97t (10,80%). Apenas os REEE sofreram um decréscimo de cerca de 44,75t (-33,68%).

Globalmente verifica-se que os resíduos com origem urbana ou equiparada recebidos apresentam um decréscimo de 2.114,79 t (-3,36%).

Relativamente aos resíduos com origem não urbana recebidos verifica-se que os Resíduos de Construção e Demolição sofreram um decréscimo de cerca de 1.894,86t (-62,41%) e as Embalagens e Plásticos Agrícolas um aumento de 36,85t.

Os decréscimos verificados apesar de indesejáveis são expectáveis tendo em conta a contracção da economia, também por este motivo se verifica um aumento do furto dos REEE de junto dos contentores e a estagnação do sector da construção civil.

Os resíduos recicláveis de embalagem provenientes da recolha seletiva representam 7,88% dos resíduos indiferenciados recebidos no Sistema de Gestão de Resíduos.

No entanto, na análise destes dados é necessário ter em conta a representatividade dos resíduos de embalagem e papel/cartão potencialmente recicláveis existentes nos resíduos depositados em Aterro, a qual corresponde a cerca de 27,1% (de acordo com a 1ª Campanha de Caracterização 2013). Tendo em conta esta representatividade, verifica-se que em termos proporcionais os 7,88% representam 35,15% da totalidade de resíduos de embalagem e papel/cartão potencialmente recicláveis existentes.

Importa salientar que, conforme foi referido anteriormente, e não obstante todos os investimentos em sensibilização, equipamentos e recursos humanos, no sentido de se conseguir atingir os objectivos de recolha que viabilizem economicamente o subsistema e que tenham um impacto positivo na vida útil do aterro e na melhoria das condições ambientais, ainda não foi possível atingir os valores de recolha que permitam desonerar os Municípios e tornar este subsistema sustentável. Mais, tendo em conta os

---

quantitativos triados na UTM, estima-se que a quantidade de embalagens plásticas e metálicas presentes nos Resíduos Indiferenciados são muito inferiores às expectáveis.

Sobre a sustentabilidade do subsistema importa ler, no ponto 5, as considerações sobre o novo modelo de cálculo dos valores de contrapartida a pagar pela SPV aos sistemas gestores.

### 3.1.1. Aterro Sanitário

O Aterro Sanitário de Ermidas-Sado encontra-se em funcionamento desde 13 de Março de 2000, dispondo, segundo os dados do projecto, de um volume total de deposição 685.050 m<sup>3</sup>.

Durante o ano de 2013 foram depositadas em Aterro 52.917,82 t de RSU, menos 6,48% do que as depositadas em 2012 (56.583,90 t). Nestes valores estão considerados para além das entradas diretas em aterro (46.083,02 t), os refugos das Unidades de processamento de resíduos (6.834,80 t).

No que diz respeito às quantidades totais acumuladas, por ano, verifica-se a seguinte distribuição:

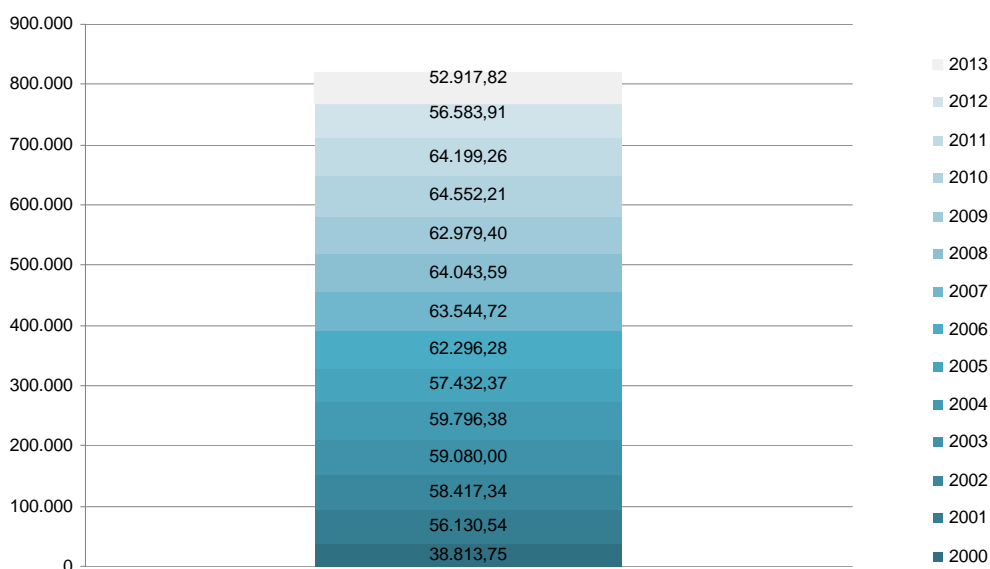


Gráfico 1 - Quantidade de resíduos (t) depositada em Aterro por ano de exploração.

#### 3.1.1.1. Vida Útil do Aterro Sanitário

Tendo em vista a obtenção do volume ocupado pelos resíduos depositados em 2013 foi realizado um levantamento topográfico da área de deposição de resíduos.

Para o cálculo do volume foram gerados 26 perfis no sentido transversal à célula (poente - nascente) equidistantes de 16m e 15m, na mesma posição que os perfis transversais das Telas Finais. Para cada

perfil foi calculada a área entre a cota referente ao ano anterior e a cota obtida com o levantamento topográfico actual.

Com o objetivo de determinar a vida útil do aterro, foi efetuado o cálculo do volume de resíduos a depositar até à cota de selagem (entenda-se como cota de selagem a cota 82, que corresponde à cota de topo do aterro, descontando a espessura de 1,20 m que corresponde às três camadas de solos de cobertura (Terra Vegetal = 0,30 m + Terras Seleccionadas = 0,70 m + Terras de Regularização e Cobertura = 0,20 m)),

O volume disponível de deposição de resíduos é de 44.103,30 m<sup>3</sup>.

Neste cálculo foram contabilizadas apenas as áreas de deposição efetiva de resíduos (i.é. considerou-se para a sua determinação a cota de início de selagem, as zonas de deposição com altura superior a 0,40 m, e excluiu-se a área disponível dos taludes), conforme ilustração 1.

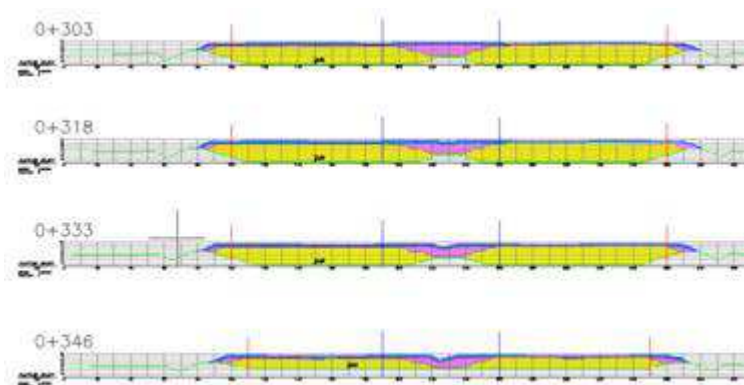


Ilustração 1 – Perfis relativos ao volume útil disponível para deposição de resíduos.

Considerando que:

Volume disponível a 31 de dezembro de 2013 = 44.103,30 m<sup>3</sup> (Dados retirados do levantamento topográfico de janeiro de 2014)

Foram depositadas em aterro em 2013, 52.917,82 t de resíduos.

Prevê-se uma vida útil do aterro até ao início de outubro de 2014.



### 3.2. Saídas para reciclagem e valorização dos resíduos processados no Sistema de Gestão de Resíduos (SGR) da AMBILITAL

Tabela 2 - Tabela comparativa de resíduos encaminhados para valorização no SGR da AMBILITAL 2012 e 2013.

		Quantidade		Quantidade		Diferencial		
		Lotes	Encaminhada 2012 (t)	Lotes	Encaminhada 2013 (t)	Lotes	(t)	(%)
Embalagens de Vidro		62	1.714,72	63	1.649,58	1	-65,14	-3,80
Papel/Cartão	Embalagem	69	1.337,73	78	1.325,60	9	-12,14	-0,91
	Não Embalagem		445,91		441,87		-4,05	-0,91
Embalagens Plásticas e Metálicas (Origem: Recolha Seletiva)	ECAL	1	24,18	3	70,54	2	46,36	191,75
	PET	10	116,22	10	110,62	0	-5,60	-4,82
	PET OLEO	3	32,76	3	32,26	0	-0,50	-1,53
	EPS	8	4,74	7	3,92	-1	-0,82	-17,28
	PEAD	5	65,93	5	61,38	0	-4,55	-6,90
	FILME	6	137,72	7	160,16	1	22,44	16,29
	MISTOS	6	108,16	6	106,28	0	-1,88	-1,74
	AÇO	3	63,20	3	67,36	0	4,16	6,58
	ALUMINIO	2	5,10	1	5,10	-1	0,00	0,00
Embalagens Plásticas e Metálicas (Origem: UTM)	PET	0	0	1	12,78	1	12,78	-
	AÇO	0	0	1	19,18	1	19,18	-
Embalagens de Madeira		15	90,52	25	137,42	7	46,90	51,81
REEE		-	135,54	-	90,41	-	-45,13	-33,30
Pilhas		-	3,68	-	6,50	-	2,82	76,63
Toners		-	0,14	-	0,84	-	0,70	-
OAU		-	15,17	-	13,86	-	-1,31	-8,64
Óleos Hidráulicos		-	0,66	-	0,84	-	0,18	27,27
Embalagens e Plásticos Agrícolas		-	29,18	-	54,71	-	25,53	87,49
Pneus		-	377,20	-	496,19	-	118,99	31,55
Metais		-	65,34	-	107,86	-	42,52	65,07
Baterias usadas		-	0,00	-	0,87	-	0,87	-
<b>TOTAL</b>		<b>190</b>	<b>4.773,80</b>	<b>213,00</b>	<b>4.976,12</b>	<b>23,00</b>	<b>202,32</b>	<b>4,24</b>

Relativamente aos resíduos encaminhados para reciclagem e valorização comparativamente ao período homólogo de 2012 verifica-se em termos globais um aumento de 202,32 t (4,24%).

A AMBILITAL continuará a exercer uma política de grande preocupação e respeito pelas normas ambientais, cumprindo rigorosamente todas as imposições legais, nomeadamente o controle e monitorização ambientais.

#### 4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Desde a sua constituição a empresa vem incrementando o número das suas atividades. A empresa tem vindo a executar uma série de investimentos apoiados por fundos comunitários e capitais próprios dotando-a de meios e capacidade para desenvolver com eficácia as atividades que lhe estão incumbidas. O ano de 2013, por sua vez, pretende ser o ano de início da conclusão deste ciclo de grandes investimentos, prevendo-se ainda assim a construção de alguns destes investimentos, assim como a sua entrada em funcionamento.

No Quadro III apresentam-se alguns indicadores económicos/financeiros, que refletem a atividade da empresa. Apesar da sua redução, salientamos o ainda elevado prazo médio de recebimentos que, como temos vindo a referir nos últimos relatórios, causam estrangulamentos financeiros à atividade operacional da AMBILITAL com reflexos na sua capacidade de realizar alguns investimentos essenciais para a sua viabilidade e crescimento.

**Tabela 3 - Indicadores Económico/Financeiros**

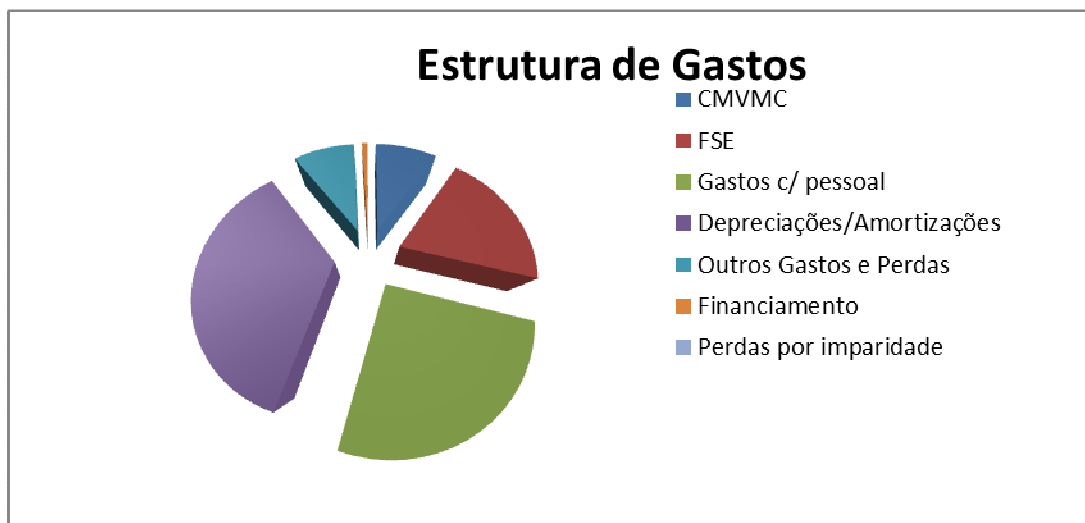
	euros		
	2013	2012	Var. %
<b>Atividade Consolidada</b>			
Volume de Negócios	3.503.820,91	3.240.582,74	8,12%
Resultado antes impostos e subsídios	-304.257,35	-181.168,96	67,94%
Resultado Líquido	726.522,89	492.391,36	47,55%
Cash-Flow (1)	1.264.922,27	1.032.244,97	22,54%
Rentabilidade das Vendas e Prest.Serviços	20,74%	15,19%	36,46%
<b>Total do Ativo</b>	<b>18.497.398,92</b>	<b>19.053.440,98</b>	<b>-2,92%</b>
<b>Capitais Próprios</b>	<b>12.728.386,13</b>	<b>12.925.731,38</b>	<b>-1,53%</b>
<b>Passivo</b>	<b>5.769.012,79</b>	<b>6.127.709,60</b>	<b>-5,85%</b>
Rentabilidade dos Capitais Próprios	5,71%	3,81%	49,84%
Rentabilidade do Ativo	3,93%	2,58%	51,99%
Passivo / Capitais Próprios	45,32%	47,41%	-4,39%
Ativo / Passivo	320,63%	310,94%	3,12%
PMR - Prazo Médio de Recebimento (dias)	113	144	-21,80%
PMP - Prazo Médio de Pagamento (dias)	26	41	-37,14%

(1) Resultado Líquido + Amortizações /depreciações + Ajustamentos + Provisões – Subsídios ao Investimento

#### 4.1. Elementos de informação económica/financeira

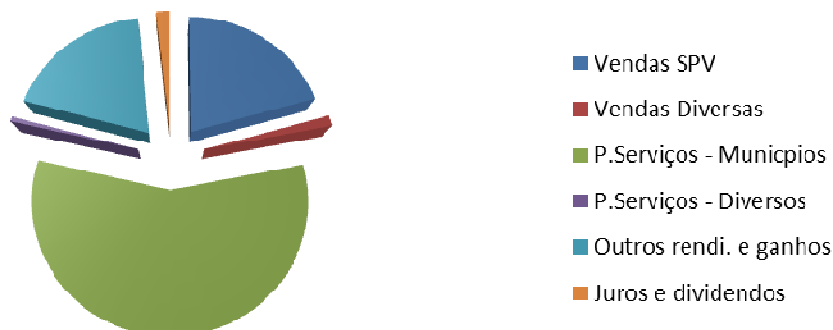
Com um total de gastos de € 3.892.494,17, entre os quais assumem relevância as depreciações/amortizações (35,28%), os gastos com o pessoal (25,35%) e os fornecimentos e serviços externos (19,88%), o custo com o combustível (9,37%), e um total de rendimentos de € 4.423.147,56, entre os quais assumem relevância as vendas de resíduos recicláveis à SPV (20,59%), a prestação de serviços de recolha, tratamento e deposição em aterro de RSU, a prestação de serviços de recolha e valorização de resíduos recicláveis e a prestação de serviços de receção e tratamento de RCD (58,62%). Nos outros ganhos e rendimentos destacam-se os subsídios ao Investimento que atingiram em 2013 o valor de € 834.910,74. A empresa registou um resultado antes de impostos de € 530.653,39, e um resultado líquido de € 726.522,89.

**Gráfico 2** — Estrutura de Gastos



**Gráfico 3** – Estrutura de Ganhos e Rendimentos

## Estrutura de Rendimentos



### 4.2. Enquadramento fiscal/legal das provisões

Tal como temos vindo a relatar e pese embora o Orçamento de Estado para 2009 ter introduzido alterações ao código de IRC no sentido enquadrar fiscalmente as provisões que efectuámos para fazer face à selagem e monitorização do aterro após o seu encerramento, ainda não fomos reembolsados dos pagamentos efectuados a título de correcção do IRC. A 12/12/2013 a AMBILITAL foi informada do deferimento da sua pretensão. No entanto quanto ao pedido de anulação do imposto e respectivos juros, o mesmo foi remetido para a Direcção de Finanças de Setúbal, para verificação das dotações das provisões referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006, pelo que a AMBILITAL continua a aguardar o reembolso.

Importa salientar que no ano 2008 terminou a especialização do gasto previsto de selagem e monitorização do aterro após o seu encerramento, através de provisões (procedimento até 2006) e através do diferimento de proveitos (a partir de 2007, inclusive), uma vez que o mesmo se encontra totalmente considerado nos respectivos exercícios.

### 5. NOVO MODELO DE CÁLCULO DOS VALORES DE CONTRAPARTIDA DA SPV

Continua a constituir uma forte preocupação da AMBILITAL o novo modelo de cálculo dos valores de contrapartida a pagar pela SPV pela entrega dos resíduos recicláveis.

Para o biénio 2012/2013 não foi aprovado o modelo de cálculo, tendo estado em vigor o modelo de 2010/2011.

A AMBILITAL continua a defender um modelo que diferencie os sistemas de acordo com as antigas tipologias.

Este assunto foi exposto à EGSRA e continua ser debatido em sede de GAP e da elaboração do PERSU 2020, de cuja comissão de acompanhamento a AMBILITAL faz parte.

## 6. RECURSOS HUMANOS

Os dados relativos ao pessoal são os que abaixo se apresentam:

**Tabela 4** - Evolução do custo médio por empregado.

<b>Pessoal</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.%</b>
Gastos com Pessoal (euros) (1)	931.109,63	874.386,63	6,49%
Numero de empregados (2)	52	51	1,96%
Gasto médio por empregado (euros)	17.905,95	17.144,84	4,44%

- (1) gastos registados na contabilidade nas contas 63 com excepção da conta 636 e 638 porque poderiam desvirtuar a comparabilidade dos diversos anos, nomeadamente os custos com o recurso a trabalho temporário, fardamento, etc.
- (2) média do nº de trabalhadores ao serviço da empresa na última semana de cada mês de actividade

De realçar que o valor dos gastos apresentado em 2012 inclui o efeito das reduções nos subsídios de férias e de Natal, nos termos da Lei 64-B/2001 (OE/2012).

## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos e para cumprimento do estabelecido na alínea f) do nº 5 do artigo 66 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que, o resultado líquido apurado no exercício de 2013, no valor € 726.522,89, seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva Legal (10%)	€ 72.652,29
- Reservas Livres	€ 483.059,33
- Distribuição de Resultados aos sócios	€ 170.811,27

## 8. INFORMAÇÃO RELEVANTE

Existe uma reivindicação da Caixa Leasing e Factoring, do pagamento de facturas pela Ambital, no montante de 1.504.540,11 euros, acrescido de juros de mora, relativas ao processo de insolvência o fornecedor ACORIL, exigência que não tem qualquer fundamento, dado que tais facturas foram pagas ao respectivo Administrador de insolvência.

**Em sede de decisão (Proc.º 71/13.0TVLSB), o Tribunal da 5ª Vara Cível de Lisboa decidiu:**

*“Em face do exposto julga-se verificada a excepção dilatória de incompetência absoluta do presente tribunal por serem competentes para o efeito os tribunais da jurisdição administrativa e, em consequência, absolve-se a Ré da instância.*

*Custas pela Autora.*

*Registe e notifique. A fim de permitir uma consulta mais correcta da estatística insira-se a baixa como absolvição da instância.*

*L.,29/11/2013”*

## **9. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO**

Não são de registar mais factos relevantes ocorridos após o termo do exercício com influência nas demonstrações financeiras.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de Fevereiro do 2014 foram nomeados os membros para integrarem os órgãos sociais da Empresa no mandato 2014-2017.

## **10. MENÇÕES FINAIS**

A Empresa não realizou negócios com os seus Administradores.

Não existem débitos em mora à Segurança Social, nem temos acordos de pagamento celebrados. O mesmo se passa relativamente ao Estado e a outros entes públicos, e trabalhadores.

A empresa não possui sucursais.

Ermidas-Sado, 18 de Fevereiro de 2014.

O Conselho de Administração,

\_\_\_\_\_  
José Alberto Guerreiro

\_\_\_\_\_  
António Viana Afonso

\_\_\_\_\_

---



**ambilital**

INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM

## **Relatório de Boas Práticas de Governo Societário 2013**

(Cf. artº 54 e seguintes do Decreto-lei 133/2013 de 3 de Outubro)

**AMBILITAL – INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM**

## Índice

<b>PARTE I – MISSÃO E OBJETIVOS</b>	<b>4</b>
1. MISSÃO	4
2. OBJETIVOS	4
3. REGULAMENTOS INTERNOS	4
<b>PARTE II – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE</b>	<b>5</b>
1. ESTRUTURA DE CAPITAL E SÓCIOS	5
2. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, BEM COMO A PARTICIPAÇÃO EM QUAQUER ACTIVIDADES DE NATUREZA ASSOCIATIVA OU FUNDACIONAL	5
3. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS FINANCEIRAS OU ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS OU PASSIVOS DE OUTRAS ENTIDADES	6
4. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO	6
5. ÓRGÃOS SOCIAIS	6
5.1. Assembleia-geral	6
5.1.1. Composição da mesa da Assembleia-geral (AG)	6
5.1.2. Exercício do direito de voto	6
5.1.2.1. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	6
5.1.2.2. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais	6
5.1.2.3. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da Assembleia-geral	6
5.2. Administração	7
5.2.1. Composição	7
5.2.1.1. Identificação do modelo de governo adotado	7
5.2.1.2. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, do Conselho de Administração.	7
5.2.1.3. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.	7
5.2.1.4. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.	7
5.3.1. Funcionamento	9
5.3.1.1. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.	9
5.3.1.2. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração, às reuniões realizadas.	9
5.4.1. Estrutura e divulgação das remunerações	10
5.4.1.1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração	10



5.4.1.2.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração e outros benefícios a 31 de Dezembro de 2013	10	
5.5.	FISCALIZAÇÃO	10	
5.5.1.	Composição	10	
5.5.1.1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado	10	
5.5.1.2.	Qualificações profissionais do representante do Fiscal Único	11	
5.6.	Revisor Oficial de Contas	12	
5.6.1.	Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa	12	
5.6.2.	Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade.	12	
5.6.3.	Estrutura e divulgação das remunerações	12	
5.6.3.1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização	12	
6.	GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS	13	
7.	OBRIGAÇÕES DE DIVULGAÇÃO	13	
7.1.	Planos de Atividade e Orçamento Anuais e Plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	13	
7.2.	Orçamento Anual e Plurianual	14	
7.3.	Documentos Anuais de Prestação de Contas	14	
7.4.	Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental	14	
8.	DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO	14	
9.	TRANSPARÊNCIA	15	
10.	PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	16	
11.	PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA	16	
12.	RESPONSABILIDADE SOCIAL	16	
13.	POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DE IGUALDADE	17	
13.1.	Gestão do Capital Humano/ Balanço Social 2013	18	
14.	PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES	18	
	<b>PARTE III – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO</b>	<b>20</b>	
1.	IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO	20	
2.	AVALIAÇÃO SOBRE GRAU DE CUMPRIMENTO DAS PRÁTICAS DO BOM GOVERNO	20	
3.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	24	
3.1.	Composição da mesa da assembleia-geral (AG)	24	
3.2.	Composição do Conselho de Administração (CA)	24	
3.2.1.	Nota Curricular dos membros do Conselho de Administração (CA)		<b>Erro! Marcador não definido.</b>
3.3.	Fiscal Único (FU)	24	
3.3.1.	Nota Curricular do Representante do Fiscal Único (FU)		<b>Erro! Marcador não definido.</b>

---

## PARTE I – MISSÃO E OBJETIVOS

### 1. MISSÃO

A missão da AMBILITAL é a gestão e exploração do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos, nomeadamente na deposição em aterro e na recolha selectiva, triagem, valorização dos resíduos recicláveis dos municípios da AMAGRA, contribuindo assim para a melhoria da qualidade ambiental do seu território.

Um dos principais objectivos da AMBILITAL é a prestação, às populações, de um serviço público eficaz e sustentável.

### 2. OBJETIVOS

Um dos principais objectivos estratégicos da AMBILITAL é o cumprimento do Plano Estratégico de Resíduos do Sistema Intermunicipal da AMAGRA, gerido pela AMBILITAL, elaborado para dar cumprimento às metas decorrentes da implementação do PERSU II, nomeadamente no que diz respeito às metas de desvio de aterro de matéria orgânica e de recolha selectiva, sempre numa perspetiva de eficácia e de sustentabilidade.

Os principais objectivos de gestão para 2013 foram:

- Rentabilidade de 6,25%;
- Aprovação de Candidatura “Unidade de Produção de CDR” ao POVT/QREN e sua execução (1.250.095,46€);
- Construção de nova célula de aterro (929.043,32 €);
- Execução da CVE (311.160,00€);
- Execução da Ampliação ETAL – Fase 1 Construção de lagoa de retenção e evaporação de lixiviados (143.000,00€);
- Resíduos de embalagem retomados para reciclagem (4.263,16T).

#### Perspectiva

### 3. REGULAMENTOS INTERNOS

Não existem regulamentos internos aprovados pela empresa.

## **PARTE II – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE**

O modelo de governo adotado é o dos Estatutos da sociedade e tem como enquadramento legal a Lei 50/2012 de 31 de Agosto, subsidiariamente o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei nº 71/2007, de 27 de Março, alterado pela Lei 64A/2008, de 3 de Dezembro, e alterado e republicado pelo Decreto-lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro.

### **1. ESTRUTURA DE CAPITAL E SÓCIOS**

O capital social, integralmente realizado por ambos os sócios, é de três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000,00 €), e corresponde à soma de duas quotas sendo uma, com o valor nominal de um milhão, oitocentos e trinta e seis mil euros (1.836.000,00 €), pertencente à AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente e a outra, com o valor nominal de um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil euros (1.764.000,00 €), pertencente à sociedade SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

A AMAGRA detem 51% do Capital Social e a SUMA S.A. detém 49% do Capital Social.

### **2. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, BEM COMO A PARTICIPAÇÃO EM QUAISQUER ACTIVIDADES DE NATUREZA ASSOCIATIVA OU FUNDACIONAL**

- As alterações ao capital social devem ser precedidas da autorização por parte do Conselho Directivo da sócia AMAGRA, de acordo com o nº 2 do artº 3º e alínea b) do artº17 dos Estatutos da sociedade.
- A cessão a estranhos, total ou parcial, de quotas pertencentes a sócios privados depende do consentimento da empresa, de acordo com o nº 1 do art.º 4º do mesmo documento.
- Se a empresa recusar o consentimento, a respectiva comunicação incluirá uma proposta de aquisição de quota formulada nos termos do art.º 231.º do Código das Sociedades Comerciais; se a cedente não aceitar a proposta no prazo de quinze dias, fica esta sem efeito, mantendo-se a recusa do consentimento, de acordo com o nº 2 do art.º 4º do mesmo documento.

A AMBILITAL não detem participações em qualquer outra entidade.

### **3. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS FINANCEIRAS OU ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS OU PASSIVOS DE OUTRAS ENTIDADES**

A AMBILITAL não prestou quaisquer garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.

### **4. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO**

Acordo de Gestão celebrado em 14/08/2007, celebrado entre a AMAGRA e a SERURB Lda, hoje SUMA S.A.

## **5. ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **5.1. Assembleia-geral**

#### **5.1.1. Composição da mesa da Assembleia-geral (AG)**

Mesa da Assembleia-Geral			
Cargo	Identificação	Início	Fim
Presidente	José Alberto Guerreiro em representação da AMAGRA	15-01-2010	14-02-2014
Secretário	Pablo Barreiro Blanco em representação da SUMA	15-01-2010	14-02-2014

#### **5.1.2. Exercício do direito de voto**

##### **5.1.2.1. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.**

As deliberações serão tomadas por maioria de votos superior a metade do capital social, salvo quanto às matérias “propostas de alteração dos Estatutos e aumentos de capital”, em que a aprovação só pode ter lugar com uma maioria qualificada de três quartos daqueles votos, conforme nº3 do artº10 dos Estatutos da sociedade.

##### **5.1.2.2. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais Assembleia-geral.**

##### **5.1.2.3. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da Assembleia-geral.**

Cargo não remunerado.

## 5.2. Administração

### 5.2.1. Composição

#### 5.2.1.1. Identificação do modelo de governo adotado

O modelo de governo adotado é o dos Estatutos da sociedade e tem como enquadramento legal a Lei 50/2012 de 31 de Agosto.

#### 5.2.1.2. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, órgão executivo da empresa, é composto por três membros, um dos quais é o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral, sendo dois deles propostos pelo sócio público, AMAGRA, e o outro eleito sob proposta dos sócios privados, conforme n.ºs 1 e 2 do art.º10 dos Estatutos da sociedade.

#### 5.2.1.3. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Conselho de Administração			
Cargo	Identificação	Início	Fim
Presidente	Idalécio Veríssimo	15-01-2010	14-02-2014
Administrador Executivo	Ana Rodrigues	15-01-2010	14-02-2014
Administrador Executivo	Nuno Kol de Carvalho	16-01-2012	14-02-2014

#### 5.2.1.4. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

Identificação	Nota Curricular
Idalécio Veríssimo	<p>Data de Nascimento: 24/08/1965</p> <p><b>Formação académica</b></p> <p>-12.º Ano/ 1º Curso</p> <p>-Curso Geral de Vídeo da Escola Técnica de Imagem e Comunicação,</p> <p>Especialização:</p> <p>Repórter em ENG da ETIC</p> <p><b>Experiência profissional</b></p> <p>Iniciou a sua carreira profissional em 1986 na Câmara Municipal de Grândola como Técnico de audiovisuais, posteriormente de 1989 a 1991 foi Repórter Fotográfico do jornal a Capital e colaborador em várias Revistas, nos anos de 1996 a 1998 foi também Repórter de Imagem externo nas Estações de Televisão RTP e TVI, a partir de 2002 foi Coordenador do Gabinete de Informação e Relações Públicas e do Sector de Produção e Comunicação Audiovisual da Câmara Municipal de Grândola, onde de</p>

Identificação	Nota Curricular
	<p>2003 a 2005 foi adjunto do Presidente. De 2005 a 2010 foi Secretário Geral da Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente e Administrador da Empresa “ Ambilital, Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM.</p> <p><b>Funções atuais</b></p> <p>- Presidente do Conselho de Administração da Empresa Intermunicipal “Ambilital, Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM” cargo que iniciou em 2010 e Secretário-geral da Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente, cargo que iniciou em 2013.</p>
Ana Rodrigues	<p>Data de Nascimento: 25/08/1978</p> <p><b>Formação Académica</b></p> <p>Licenciatura em Engenharia Biofísica pela Universidade de Évora Pós-graduação em Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho pelo Instituto Superior de Ciências da Saúde do Sul</p> <p><b>Percorso Profissional</b></p> <p>Atualmente e desde 2010 é Administradora da AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM.</p> <p>Até essa data e desde 2003 foi Diretora Técnica da Direção de Reciclagem e Valorização Multimaterial da AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, sendo responsável pela estruturação, operacionalização e exploração dessa Direcção, tendo anteriormente de 2002 a 2003 sido estagiária na mesma empresa.</p> <p>Em 2001 foi estagiária na DRAOT – A, nomeadamente na DSGA, realizando trabalhos no âmbito do cadastramento e encerramento de lixeiras.</p>
Nuno Kol de Carvalho	<p>Data de Nascimento: 01/11/1965</p> <p><b>Formação Académica</b></p> <p>Licenciado em Engenharia Mecânica, ramo Termodinâmica Aplicada, pelo Instituto Superior Técnico; Mestrado MBA, Master of Business and Administration pela UM/ISCTE 1993/94 (tema da tese “Municipal Solid Waste Management Industry and the Role of Waste-to-Energy Facilities in the Private Sector”); Grau 7 do Instituto Americano de Línguas</p> <p><b>Percorso Profissional</b></p> <p>Atualmente e desde 2012 é Administrador da AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM.</p> <p>Desde Julho 2007 Business Development Manager na SUMA S.A. grupo Mota-Engil Janeiro de 2006 a Junho 2007 Administrador da TURCIFEZ – Investimentos Imoturisticos, S.A., com pelouro dos Investimentos da Sociedade, Março de 2003 a Dezembro 2005 Director de Investimentos da TURCIFEZ – Investimentos Imoturisticos, S.A., responsável pelo plano de investimentos do empreendimento CAMPOREAL (cerca de 100 milhões de euros) 2002 a 2003 (Grupo Somague) - Administrador da Hidurbe – Gestão de Resíduos SA, acumulando funções nas seguintes participadas: ACE-ETRSU Meia Serra, ACE - Administrador</p>

Identificação	Nota Curricular
	<p>GSA – Gestão de Sistemas Ambientais, SA - Administrador 1998 a 2003</p> <p>(Grupo Somague) - Administrador da AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A., responsável pelo Sector de Engenharia e Operações. Por via da AGS acumula ainda funções nas seguintes participadas:</p> <p>ECOBARCELOS – Tratamento de Efluentes ACE – Administrador;</p> <p>ETARLIMA – Tratamento de Efluentes ACE – Administrador;</p> <p>LRTM – Laboratório Regional de Trás-os-Montes – Gerente (entre 2000 e 2001) 1996 / 98</p> <p>Director da CESL- Engenharia e Desenvolvimento, S.A. – exerceu funções na área de apoio à Administração bem como na área de “International Business Development” 1992 / 95</p> <p>Deputy Plant Manager – da Central de Incineração de Macau. Na função de Director Adjunto e em colaboração com o Director da Central esteve directamente envolvido no arranque da exploração da Central de Incineração. 1990 / 92</p> <p>Engenheiro Supervisor de Fiscalização integrado na equipa de fiscalização da CESL e Engenheiro de Projecto na equipa da CESL-ÁSIA. 1988 / 89</p> <p>Engenheiro Mecânico no Departamento de Projectos de Equipamento Electromecânico da PROCESL - Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda. 1987 / 88</p> <p>Estagiário no Departamento de Engenharia Mecânica/Electromecânica na CESL - Consultores de Engenharia Sanitária, Lda..</p>

### 5.3.1. Funcionamento

#### 5.3.1.1. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

Estatutos disponíveis nos serviços administrativos e Financeiros da AMBILITAL, EIM e no sítio da internet da AMBILITAL ([www.ambilital.pt](http://www.ambilital.pt)).

#### 5.3.1.2. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração, às reuniões realizadas.

Foram realizadas 38 reuniões do Conselho de Administração em 2013, com 100% de assiduidade dos administradores Idalécio Veríssimo e Ana Rodrigues e 90% de assiduidade do administrador Nuno Kol de Carvalho.

#### 5.4.1. Estrutura e divulgação das remunerações

##### 5.4.1.1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração

Os membros do Conselho de Administração exercem os seus cargos de forma não remunerada, salvo decisão em contrário da AG, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 10º dos Estatutos, tendo por limite o disposto nos n.ºs 3 ou 4 do art.º 25º, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

É responsabilidade da Assembleia-geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, nos termos legais e de acordo com limite estabelecido no n.º3 do artº 30 da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

##### 5.4.1.2. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração e outros benefícios a 31 de Dezembro de 2013

	AMAGRA		SUMA
	Presidente CA	Administradora Executiva	Administrador Executivo
Remunerações 2013	Idalécio José Viegas Verissimo	Ana Luísa Matos André Rodrigues	Nuno Manuel de Morais Kol de Carvalho
<b>1.Remuneração</b>			
1.1.Remuneração base/Fixa	24 533,41 €	42 029,09 €	-
1.2.Despesas de Representação	6 130,12 €	3 614,38 €	-
1.3.Redução decorrente da Lei 12-A (30-06-2010)	1 533,18 €	2 282,17 €	-
1.4.Redução decorrente da Lei 66-B/2012 (OE/13)	2 826,75 €	3 520,79 €	-
<b>Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2-1.3-1.4)</b>	<b>26 303,60 €</b>	<b>39 840,51 €</b>	<b>-</b>
<b>2.Outras regalias e compensações</b>			
2.1.Subsídio de refeição	-	1 444,33 €	-
2.2.Gastos na Utilização de Telefones	270,00 €	370,00 €	-
<b>3.Encargos com benefícios sociais</b>			
3.1.Regime de Proteção Social (Seg.Social/ADSE/CGA)	1 760,60 €	7 413,58 €	-
3.2.Seguros de Saúde	399,08 €	399,08 €	-
3.3.Seguro de Acidentes de Trabalho	779,10 €	465,76 €	-

#### 5.5. FISCALIZAÇÃO

##### 5.5.1. Composição

##### 5.5.1.1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado

O órgão de fiscalização da sociedade é o Fiscal Único que é obrigatoriamente um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Foi designado pela Assembleia-geral da AMBILITAL a sociedade de revisores Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda inscrita na rdem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º28 e na CMVM sob o n.º4681, NIF 501381171, com sede



na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 1, 4050-610 Porto, representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro, ROC nº1009, NIF 151977372 com domicílio profissional no mesmo endereço, e como suplente Paula Saraiva e Manuel Pereira, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº79, NIF 502427850, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 4, 4050-610 Porto, representada por Ana Paula Monteiro Barbeiros Saraiva e Silva, ROC nº678, NIF 123875293, com domicílio profissional no mesmo endereço.

#### 5.5.1.2. Qualificações profissionais do representante do Fiscal Único

Identificação	Nota Curricular
<p>Jorge Marques Pereira Ribeiro</p>	<p>Data de Nascimento: 08/10/1954</p> <p>Revisor Oficial de Contas</p> <p>Pós Graduação em auditoria pelo ISAG / PriceWaterhouseCoopers</p> <p>Licenciatura em Gestão Financeira</p> <p>Em 2003 passou a integrar a sociedade Carlos Teixeira, Noé Gomes &amp; Associados, SROC, Lda.</p> <p>Em 1997 obteve a qualificação profissional de Revisor Oficial de Contas, passando a desenvolver a sua actividade, a partir de 1998 e sob contrato, na Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Carlos Teixeira &amp; Noé Gomes, SROC.</p> <p>Desde 1994 até 1998 prestou colaboração independente no Departamento de Auditoria da firma, com ligações internacionais, JPA Portugal - Auditores, tendo iniciado a sua colaboração como auditor e evoluído progressivamente para as funções de responsável de processos.</p> <p>A sua actividade profissional de Revisão/ Auditoria de contas vem sendo desenvolvido em empresas e entidades integrantes dos diversos sectores da economia (com excepção da área financeira, que está a cargo de outro sócio), designadamente da indústria, do comércio, incluindo a grande distribuição, local (E.M. e E.I.M.) e autárquico, empresarial do estado e das entidades não lucrativas (associações, fundações, misericórdias, etc.).</p> <p>Para das funções de interesse público cometidas aos ROC, referidas acima, presta também outros serviços compreendidos nas competências destes nas vertentes de consultoria e assistência nas diversas áreas da gestão empresarial, nomeadamente em contabilidade, fiscalidade, planeamento e controlo, análise financeira, estudos de viabilidade económica e financeira, projectos de investimento ou de reestruturação, fusões e aquisições e avaliações, com observação estrita dos princípios éticos e de independência que regem a profissão.</p> <p>Possuindo formação na área técnica e frequência de Engenharia, até 1994 fez carreira na Indústria tendo desempenhado vários cargos técnicos e de Direcção, nomeadamente de produção e fabril, em diversas empresas do sector.</p>

## 5.6. Revisor Oficial de Contas

### 5.6.1. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

**Fiscal Único efectivo:** Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº28 e na CMVM sob o nº4681, NIF 501381171, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 1, 4050-610 Porto, representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro, ROC nº1009, NIF 151977372 com domicílio profissional no mesmo endereço.

**Fiscal Único suplente:** Paula Saraiva e Manuel Pereira, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº79, NIF 502427850, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 4, 4050-610 Porto, representada por Ana Paula Monteiro Barbeiros Saraiva e Silva, ROC nº678, NIF 123875293, com domicílio profissional no mesmo endereço.

A Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº28 e na CMVM sob o nº4681 foi fundada em 1982, tem sede no Porto e escritórios em Lisboa.

- Sócia fundadora da *JPA International*, em 1987: uma rede de firmas independentes de Auditoria, Contabilidade, Fiscalidade e Consultoria;
- Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com o n.º 28 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com o n.º 4681;
- Membro, através da *JPA International*, do *Forum of Firms*, associação de firmas que realizam auditorias a nível multinacional.
- Conta com 6 ROC e 13 auditores;

### 5.6.2. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade.

12 anos.

### 5.6.3. Estrutura e divulgação das remunerações

#### 5.6.3.1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização

Nome	Cargo	Remuneração Fixa	Remuneração Bruta Mensal	Remuneração Bruta Anual
Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda	Fiscal Único	860,00 €	860,00 €	10.320,00 €

## 6. GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

Principais Objetivos de Gestão	Execução	Cumprimento	Justificação Desvio	Informações Adicionais
Rentabilidade de 6,25%	Sim	>100%	-	-
Aprovação de Candidatura “Unidade de Produção de CDR” ao POVT/QREN e sua execução (1.250.095,46€)	Sim	50%	Atraso na execução do fornecimento, a terminar em Fevereiro de 2014	O fornecimento terminou em Fevereiro de 2014
Construção de nova célula de aterro (929.043,32 €)	Sim	100%	-	Conforme definido a empreitada terminará em Fevereiro de 2014
Execução da CVE (311.160,00€)	Sim	100%	-	-
Execução da Ampliação ETAL – Fase 1 Construção de lagoa de retenção e evaporação de lixiviados (143.000,00€)	Sim	100%	-	-
Resíduos de embalagem retomados para reciclagem (4.263,16T)	Sim	95% (4.036,97 T)	Existência de passivo, considerando a paragem da linha de triagem automática durante Novembro e Dezembro, por força dos investimentos em curso.	-

## 7. OBRIGAÇÕES DE DIVULGAÇÃO

### 7.1. Planos de Atividade e Orçamento Anuais e Plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento

A AMBILITAL elabora anualmente o seu Plano de Atividades e Orçamento Anuais e Plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento, de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis, considerando a sua missão e objectivos fixados (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: [www.ambilital.pt](http://www.ambilital.pt)).

## **7.2. Orçamento Anual e Plurianual**

A AMBILITAL elabora Orçamento Anual e Plurianual, de acordo com os princípios de sustentabilidade (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: [www.ambilital.pt](http://www.ambilital.pt)).

## **7.3. Documentos Anuais de Prestação de Contas**

A AMBILITAL elabora os seus Documentos Anuais de Prestação de Contas, reportando esta informação aos accionistas, público e privado. Os documentos anuais de prestação de contas permitem uma avaliação da actividade desenvolvida a fim de aferir o modo como foi prosseguida a missão, o cumprimento dos objetivos, a política social e o desenvolvimento sustentável (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: [www.ambilital.pt](http://www.ambilital.pt)).

## **7.4. Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental**

A AMBILITAL elabora os seus Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental de forma a acompanhar a execução orçamental trimestralmente, dando conhecimento deste ao accionista público AMAGRA, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de Agosto (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: [www.ambilital.pt](http://www.ambilital.pt)).

## **8. DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

Além da informação prevista no Decreto-lei nº133/2013 de 3 de Outubro, a AMBILITAL cumpre todos os deveres especiais de prestação de informação que lhe são exigidos, nomeadamente informação financeira e relativa a recursos humanos à DGAL, bem como disponibiliza no seu sítio da internet ([www.ambilital.pt](http://www.ambilital.pt)) os seguinte informação prevista no art.º 43, n.º 2 da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, nomeadamente:

- a) Contrato de sociedade e estatutos;
- b) Estrutura do capital social;
- c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respectiva nota curricular;
- d) Montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais;
- e) Número de trabalhadores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;
- f) Planos de atividades anuais e plurianuais;
- g) Planos de investimento anuais e plurianuais;
- h) Orçamento anual;
- i) Documentos de prestação anual de contas, designadamente o relatório anual do órgão de gestão ou de administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do órgão de fiscalização;
- j) Plano de prevenção da corrupção e dos riscos de gestão.

Tendo em vista o seu acompanhamento e controlo a AMBILITAL faculta atempadamente e de forma completa ao órgão executivo da AMAGRA os seguintes elementos:

- a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;
- b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;
- c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento;
- d) Documentos de prestação anual de contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental.

## 9. TRANSPARÊNCIA

A AMBILITAL cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e aos accionistas.

Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida, conforme seguidamente se reproduz:

### ***“2.1. Modo de prestação do serviço público*”**

*A AMBILITAL cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e aos accionistas.*

*Cumprindo a sua missão e objectivos, a AMBILITAL como gestora do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos, nomeadamente na deposição em aterro e na recolha selectiva, triagem, valorização dos resíduos recicláveis dos municípios da AMAGRA, continua a contribuir para a melhoria da qualidade ambiental do seu território.*

*Um dos principais objectivos da AMBILITAL é a prestação, às populações, de um serviço público eficaz e sustentável.*

*A AMBILITAL continuou durante o ano de 2013 a sua aposta na inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo, nomeadamente com a integração de novas soluções de tratamento de resíduos (CDR), aproveitamento energético do biogás e na busca de novas soluções para aumento do rendimento/ diminuição do refugo no tratamento de resíduos de embalagens plásticas e metálicas das linhas de tratamento de RSU.*

*No que diz respeito à melhoria da qualidade do serviço prestado, 2013 foi o ano cruzeiro no serviço de lavagem e manutenção de ecopontos.*

*A AMBILITAL continua a cumprir políticas de desenvolvimento sustentável, assentes numa taxa de rentabilidade 20,74%, e uma tarifa socialmente responsável de 39€/ton que lhe tem permitido atingir o*

*grau de cumprimento dos seus objectivos de forma responsável, equilibrada e com vista a assegurar investimentos futuros.*

*Os objectivos definidos para 2013 foram cumpridos na sua generalidade.”*

## **10. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO**

No sentido de dar cumprimento à Recomendação aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção em 1 de Julho de 2009, sobre “Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas”, a AMBILITAL tem implementado desde 2010 um Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas e elabora anualmente um relatório sobre a sua execução. Este documento foi divulgado e objecto de formação aos colaboradores da AMBILITAL de forma a dar cumprimento rigoroso à sua implementação. Estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: [www.ambilital.pt](http://www.ambilital.pt).

## **11. PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA**

A AMBILITAL segue e tem disponível para consulta, no seu sítio da internet ([www.ambilital.pt](http://www.ambilital.pt)) e em papel nos serviços administrativos, o seu código de ética, que contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos, o qual é divulgado aos clientes, fornecedores e ao público em geral.

Os seus princípios orientadores são:

- Respeito pelos Direitos Humanos, dos Trabalhadores e igualdade de oportunidades
- Contra todas as formas de exploração
- Erradicação de toda e qualquer prática discriminatória
- Responsabilidade na protecção e defesa do ambiente
- Luta contra todas as formas de corrupção
- Assumpção da sua responsabilidade social

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

## **12. RESPONSABILIDADE SOCIAL**

A AMBILITAL adotou de forma voluntária as preocupações sociais e ambientais nas suas operações quotidianas e na interacção com todas as partes interessadas. Contribuindo assim para a sociedade de forma positiva e gerindo os impactos sociais e ambientais da sua organização.

Neste âmbito a AMBILITAL tem em consideração, nas decisões que toma, a comunidade onde se insere e o ambiente onde opera, defendendo que o motor de desenvolvimento económico, tecnológico e humano, só se realizam plenamente quando consideram na sua actividade o respeito pelos direitos humanos, o investimento na valorização pessoal, a protecção do ambiente, o combate à corrupção, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e princípios éticos da sociedade em que se insere.

### **13. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DE IGUALDADE**

A política de recursos humanos da AMBILITAL tem por objetivo promover a adequação permanente da atividade dos seus colaboradores à prossecução dos objetivos estratégicos e de negócio da empresa, assegurando a sua valorização e desenvolvimento profissional, e reforçando as suas competências técnicas e de gestão.

Em 2013 foram promovidas e financiadas pela AMBILITAL as seguintes formações:

- Formação contínua para motoristas de pesados de mercadorias – obtenção de CAM (35 horas) - 19 colaboradores (19H)
- Organização de tempos de trabalho para os trabalhadores móveis (4 horas) – 20 colaboradores (19H + 1M)

### 13.1. Gestão do Capital Humano/ Balanço Social 2013

Número de Colaboradores		Antiguidade	
Nº de Colaboradores	53	< 1 Ano	1
Nº Médio de Colaboradores	52	1 - 2 Anos	4
Nº de Orgãos Sociais	3	3 - 5 Anos	15
Nº de Orgãos Sociais Executivos	1	6 - 10 Anos	19
		11 - 15 Anos	14
		> 16 Anos	
		<b>Antiguidade Média</b>	<b>6</b>
Sexo		Rotação do Efectivo	
Feminino	11	Nº de Admissões	1
Masculino	42	Nº de Saídas	0
Estrutura Etária		Tempo de Trabalho	
< 19 anos	0	Potencial de Horas Trabalháveis	108 160,00
19 - 25 Anos	1	Horas Trabalhadas	92 654,00
26 - 35 Anos	16	Horas de Trabalho Suplementar	3 699,50
36 - 45 Anos	22	Horas não trabalhadas	11 243,00
46 - 55 Anos	6	Horas de Ausência	7 962,50
56 - 65 Anos	8		
> 65 Anos			
Media de Idades	41		
Habilitações Literárias		Formação Profissional	
Ensino Básico (Inclui 1º, 2º e 3º Ciclo)	40	Nº de Acções	2
Ensino Secundário	9	Total de Nº de Horas de Formação	39
Ensino Superior	4	Nº de Colaboradores Envolvidos	39
Tipo de Contrato			
Sem Termo	39		
A Termo Certo	14		
A Termo Incerto	0		
Outro	0		

### 14. PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) e nos Princípios de Bom Governo das Sociedades, em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de Abril na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração (CA) da AMBILITAL cumprem com as seguintes obrigações:



- a) Os membros do CA da AMBILITAL não detêm participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam, não sendo assim necessário a entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, da declaração do artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e nº1 do artigo 52º do Decreto-lei n.º.133/2013 de 3 de Outubro;
- b) Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro);
- c) Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- d) Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- e) Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

## PARTE III – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

O Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontra sujeita é o previsto no artº 54 e seguintes do Decreto-lei 133/2013 de 3 de Outubro).

### 2. AVALIAÇÃO SOBRE GRAU DE CUMPRIMENTO DAS PRÁTICAS DO BOM GOVERNO

A governação da AMBILITAL respeita as Práticas de Bom Governo das empresas do Sector Público Empresarial, aprovados pelo Decreto-lei 133/2003, de 3 de Outubro.

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento das Práticas de Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Sector Público Empresarial.

Missão, objetivos e princípios gerais de actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
-Cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido fixados, elaborar planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	Total	-A AMBILITAL cumpre a sua missão e os objetivos fixados. -Anualmente, são elaborados os planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proceder à enunciação e divulgação do seguinte:</li> <li>a) A composição da sua estrutura acionista;</li> <li>b) A identificação das participações sociais que detêm;</li> <li>c) A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional;</li> <li>d) A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;</li> <li>e) O grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correcção aplicadas ou a aplicar;</li> <li>f) Os planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;</li> <li>g) Orçamento anual e plurianual;</li> <li>h) Os documentos anuais de prestação de contas;</li> <li>i) Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização;</li> <li>j) A identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.</li> </ul>	Total	-A divulgação destas obrigações é efectuada no Relatório e Contas Anual e/ou sítio da internet da AMBILITAL ( <a href="http://www.ambilital.pt">www.ambilital.pt</a> ).
-Informar anualmente o titular da função acionista e o público em geral do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento	Total	-A AMBILITAL cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e aos accionistas. -Anualmente, é apresentado no

Missão, objetivos e princípios gerais de actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo		Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
-Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, devendo elaborar anualmente um relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências, de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro	Total	-A AMBILITAL cumpre na íntegra a legislação e regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, tendo um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. -Anualmente elabora o Relatório deste Plano e remete-o para o Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como para o titular da função accionista (AMAGRA). -Os documentos acima referidos são publicados no sítio da internet da AMBILITAL ( <a href="http://www.ambilital.pt">www.ambilital.pt</a> ).
-Adoptar um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, procedendo à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral -Tratar com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa.	Total	-A atividade da AMBILITAL é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. -A AMBILITAL divulga e tem disponível para consulta o Código de Ética nos seus serviços administrativos e no sítio da internet da AMBILITAL ( <a href="http://www.ambilital.pt">www.ambilital.pt</a> ). -A AMBILITAL trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa, cumprindo na íntegra o Código da Contratação Pública e demais legislação aplicável.
-Prosseguir objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a protecção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.	Total	-A AMBILITAL, sempre que possível, promove estágios solicitados pelas entidades formadoras da região, nomeadamente Escola Técnico profissional ETLA, empresas de formação e IEFP (Programa de Formação para desempregados) enquadrado nos seus princípios de responsabilidade social e valorização profissional. A AMBILITAL cumpre a legislação relativa a protecção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.

<b>Missão, objetivos e princípios gerais de actuação</b>		
<b>Princípios</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Fundamentação</b>
<p>-Implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.</p> <p>-Adotar planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL aposta na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</p> <p>-A AMBILITAL promove a mobilidade interna, permitindo aos seus colaboradores conciliarem a vida profissional com a pessoal.</p> <p>-A AMBILITAL não faz qualquer discriminação para contratação e ocupação de lugares.</p>

<b>Prevenção de conflitos de interesse</b>		
<b>Princípios</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Fundamentação</b>
<p>Os membros dos órgãos de administração das empresas públicas devem:</p> <p>-Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.</p>	Total	<p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.</p>
<p>-Se aplicável, no início de cada mandato, os membros dos órgãos de administração, declaram aos órgãos de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.</p>	Total	<p>-Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na AMBILITAL e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</p> <p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</p> <p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL comunicaram junto do Tribunal Constitucional a Declaração de Património e Rendimentos (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto -Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro) e à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março).</p> <p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL não detêm participações e interesses</p>

Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
		patrimoniais direta ou indiretamente na empresa.

Divulgação de informação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>-Todas as informações que, nos termos do decreto-lei 133/2013 de 3 de Outubro, estão sujeitas a divulgação pública são divulgadas no sítio na Internet da Unidade Técnica, o qual deve concentrar toda a informação referente ao sector público empresarial, sem prejuízo da divulgação no sítio na Internet da própria empresa.</p> <p>-No sítio na Internet das empresas do sector público empresarial consta, ainda, designadamente, informação financeira histórica e atual de cada empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais ou estatutários, bem como as respectivas remunerações e outros benefícios.</p> <p>-O sítio na Internet das empresas do sector público empresarial disponibiliza informação clara, relevante e atualizada sobre a vida da empresa incluindo, designadamente, as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público, o modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.</p> <p>-O acesso a toda a informação disponibilizada no sítio na Internet das empresas do sector público empresarial é livre e gratuito.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (<a href="http://www.ambilital.pt">www.ambilital.pt</a>) as informações legalmente exigidas.</p> <p>-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (<a href="http://www.ambilital.pt">www.ambilital.pt</a>) informação financeira histórica e atual da empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, bem como as respectivas remunerações e outros benefícios.</p> <p>-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (<a href="http://www.ambilital.pt">www.ambilital.pt</a>) informação clara, relevante e atualizada sobre a vida da empresa incluindo, designadamente, as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público.</p> <p>-O acesso à informação disponibilizada pela AMBILITAL no seu sítio da internet (<a href="http://www.ambilital.pt">www.ambilital.pt</a>) é livre e gratuito.</p>
<p>-As empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo presente capítulo.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL cumpre a apresentação anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.</p>

### 3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Os membros dos órgãos sociais da AMBILITAL foram alterados em 14 de Fevereiro de 2014, para o mandato 2014-2017, passando estes a ter a seguinte composição:

#### 3.1. Composição da mesa da Assembleia-geral (AG)

Mesa da Assembleia-Geral			
Cargo	Identificação	Início	Fim
Presidente	x em representação da AMAGRA	14-02-2014	-
Secretário	x em representação da SUMA	14-02-2014	-

#### 3.2. Composição do Conselho de Administração (CA)

Conselho de Administração			
Cargo	Identificação	Início	Fim
Presidente	José Alberto Guerreiro	14-02-2014	-
Administrador Executivo	Viana Afonso	14-02-2014	-
Administrador Executivo		14-02-2014	-

#### 3.3. Fiscal Único (FU)

Fiscal Único			
Sociedade ROC	Identificação Representante	Início	Fim
Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda	Jorge Marques Pereira Ribeiro	14-02-2014	-
Suplente Paula Saraiva e Manuel Pereira, SROC, Lda	Ana Paula Monteiro Barbeiros Saraiva e Silva	-	-

### BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

CÓDIGOS DAS CONTAS (SNC)	Activo	Notas	EXERCÍCIOS	
			2013	2012
			31-dez-2013	31-dez-2012
	<b>Activo não corrente</b>			
43+453+455-459	Activos fixos tangíveis	6	11.819.684,28	12.372.728,23
411+412+413+414-419	Investimentos financeiros	7	1.895.000,00	1.865.000,00
	<b>Total do activo não corrente</b>		<b>13.714.684,28</b>	<b>14.237.728,23</b>
	<b>Activo corrente</b>			
32+33+34+35+36+39	Inventários	10	29.517,52	26.238,29
211+212-219	Clientes	15	1.082.732,22	1.300.200,08
228-229-2713-279				1.568,25
24	Estados e outros entes públicos	14/19	664.777,01	467.108,30
232+238-239+2721+278-279	Outras contas a receber	15	302.097,70	442.837,45
281	Diferimentos	15	22.108,79	18.076,59
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	4	2.681.481,40	2.559.683,79
	<b>Total do activo corrente</b>		<b>4.782.714,64</b>	<b>4.815.712,75</b>
	<b>Total do activo</b>		<b>18.497.398,92</b>	<b>19.053.440,98</b>
	<b>Capital próprio e passivo</b>			
	<b>Capital próprio</b>			
51-261-262	Capital realizado	15	3.600.000,00	3.600.000,00
551	Reservas legais	15	376.861,41	327.622,27
552	Outras reservas	15	3.028.162,09	2.742.988,28
56	Resultados transitados	15	31.347,48	252.679,44
59	Outras variações no capital próprio	15	4.965.492,26	5.510.050,03
818	Resultado liquido do periodo		726.522,89	492.391,36
	<b>Total do capital próprio</b>		<b>12.728.386,13</b>	<b>12.925.731,38</b>
	<b>Passivo</b>			
	<b>Passivo não corrente</b>			
29	Provisões	12	1.201.168,64	1.201.168,64
25	Financiamentos obtidos	15	783.618,33	923.066,41
2742	Passivos por impostos diferidos	14	1.858.122,71	2.092.182,88
	<b>Passivo corrente</b>			
221+222+225	Fornecedores	15	104.945,10	167.768,16
24	Estado e outros entes públicos	14/19	23.591,10	81.958,78
25	Financiamentos obtidos	15	438.896,86	638.345,64
282+283	Diferimentos	15	816.964,61	816.964,61
231+238+2711+2712+2722+278	Outras contas a pagar	15	541.705,44	206.254,48
	<b>Total do passivo</b>		<b>5.769.012,79</b>	<b>6.127.709,60</b>
	<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>18.497.398,92</b>	<b>19.053.440,98</b>

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

CÓDIGOS DAS CONTAS (SNC)		Notas	EXERCÍCIOS	
			2013	2012
	<b>Rendimentos e Gastos</b>			
71+72	Vendas e serviços prestados	11	3.503.820,91	3.240.582,74
-61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-364.601,80	-379.868,13
-62	Fornecimentos e serviços externos	19	-773.706,43	-681.230,11
-63	Gastos com o pessoal	19	-986.919,54	-931.521,80
-651+7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-1.488,78	0,00
78 (excepto 785)+7918+7928+7988	Outros rendimentos e ganhos	13/19	919.326,65	711.736,56
68 (excepto 685)-6918-6928-6988	Outros gastos e perdas	19	-360.842,38	-300.829,83
	<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		1.935.588,63	1.658.869,43
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-1.373.310,12	-1.172.011,52
	<b>Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)</b>		562.278,51	486.857,91
7911+7921+7981	Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	19	-31.625,12	-35.868,96
811	<b>Resultado antes de impostos</b>		530.653,39	450.988,95
812	Imposto sobre o rendimento do período	14	195.869,50	41.402,41
818	<b>Resultado líquido do período</b>		726.522,89	492.391,36

Ermidas Sado, 18 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas (Membro da CTOC nº 29755)

O Conselho de Administração





**ambital**  
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM

Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM  
Empresa Intermunicipal  
Monte Novo dos Modernos - Ermidas Sado - Santiago do Cacém  
Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém  
NIPC 505 255 391  
Capital Social: € 3.600.000

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2013	2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de Clientes		3.937.185,36	3.768.826,81
Pagamentos a Fornecedores		-1.756.915,99	-1.888.973,67
Pagamentos ao Pessoal		-907.215,36	-855.412,89
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1.273.054,01</b>	<b>1.024.440,25</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-216.596,17	-120.895,90
Outros recebimentos/pagamentos		-310,00	500.425,83
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>1.056.147,84</b>	<b>1.403.970,18</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-671.820,68	-1.630.374,51
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		-6.460.000,00	-5.516.496,37
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		6.430.000,00	5.466.496,37
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		205.943,96	1.886.580,46
Juros e rendimentos similares		85.786,58	38.421,48
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-410.090,14</b>	<b>244.627,43</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		-338.896,86	-236.836,54
Juros e gastos similares		-27.384,83	-30.149,23
Dividendos		-157.978,40	-185.353,06
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-524.260,09</b>	<b>-452.338,83</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		<b>121.797,61</b>	<b>1.196.258,78</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>2.559.683,79</b>	<b>1.363.424,91</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>2.681.481,40</b>	<b>2.559.683,79</b>

Ermidas Sado, 18 de Fevereiro de 2014

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2012**

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros inst capital	Prémios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos act financeiros	Excedentes revalorização	Outras variações capitais próprios	Resultado líquido	Total Cap. Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012</b>	1	3.600.000,00				263.853,49	2.354.422,32	1.057.889,07	0,00	0,00	4.879.723,53		12.155.888,41
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	2,4												0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0,00
Alteração de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente revalorização activos fixos tangíveis/intangíveis													0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	10							-167.521,83		0,00	-225.243,22		-392.765,05
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17										860.420,22		860.420,22
Reclassificação dos subsídios ao investimento	16										-4.850,50		-4.850,50
Outras alterações	17												0,00
Aplicação de resultados do ano anterior	16	0,00	0,00	0,00	0,00	63.768,78	388.565,96	-452.334,74	0,00	0,00	630.326,50	0,00	462.804,67
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3												
	4=2+3											492.391,36	492.391,36
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	15												0,00
Realizações de capital													0,00
Realizações de prémios de emissão													0,00
Distribuições	16							-185.353,06					-185.353,06
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012</b>	6=1+2+3+5	3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	327.622,27	2.742.988,28	252.679,44	0,00	0,00	5.510.050,03	492.391,36	12.925.731,38

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2013**

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros inst capital	Prémios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos act financeiros	Excedentes revalorização	Outras variações capitais próprios	Resultado líquido	Total Cap. Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013</b>	6	3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	327.622,27	2.742.988,28	745.070,80	0,00	0,00	5.510.050,03		12.925.731,38
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	14												0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0,00
Alteração de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente revalorização activos fixos tangíveis/intangíveis													0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	14							-221.331,96			196.337,16		-24.994,80
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	13										-740.894,93		-740.894,93
Reclassificação dos subsídios ao investimento	15												0,00
Outras alterações	15												0,00
Aplicação de resultados do ano anterior	15	0,00	0,00	0,00	0,00	49.239,14	285.173,81	-334.412,95	0,00	0,00	-544.557,77	0,00	-765.889,73
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8												
	9=7+8											726.522,89	726.522,89
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>												726.522,89	-39.366,84
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	15												0,00
Realizações de capital													0,00
Realizações de prémios de emissão													0,00
Distribuições	15							-157.978,41					-157.978,41
Entradas para cobertura de perdas													0,00
Outras operações													0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013</b>	11=6+7+8+10	3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	376.861,41	3.028.162,09	31.347,48	0,00	0,00	4.965.492,26	726.522,89	12.728.386,13

Ermidas Sado, 18 de Fevereiro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas (Membro da OTOC nº 29755)

O Conselho de Administração

## **ANEXO**

O Anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e de relato financeiro.

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

### **1 - Identificação da entidade**

A sociedade “Ambital – Investimentos Ambientais no Alentejo, E.I.M.”, com sede em Monte Novo dos Modernos, Ermidas Sado, concelho de Santiago do Cacém, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém com o número de matrícula e de pessoa colectiva 505 255 391, foi constituída em 5 de Março de 2001, apresenta um capital social de 3.600.000 € e tem como objecto social a gestão do sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da sócia AMAGRA.

### **2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

#### a) Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adoptadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

#### b) Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação contida nas demonstrações financeiras.

#### c) Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

### **3 - Principais políticas contabilísticas**

#### **3.1 - As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:**

Ativos intangíveis - Os ativos intangíveis, quando existem, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Ativos fixos tangíveis - Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Investimentos financeiros - Os investimentos financeiros evidenciados no Balanço estão registados ao custo de aquisição.

Imparidade de ativos - É efectuada, à data de balanço, uma avaliação das eventuais imparidades de ativos. Uma perda por imparidade é registada quando o montante pelo qual o ativo esteja contabilizado seja superior à sua quantia recuperável.

Locações - A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato - são considerados como contratos de locação financeira aqueles em que a sociedade detenha substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, independentemente da sua forma.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto, na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

Nesta data a empresa não tem em vigor nenhum contrato de locação.

Inventários - As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação).

#### Instrumentos financeiros

- (i) Clientes e outras contas a receber - São registados ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.
- (ii) Fornecedores e outras contas a pagar - São registadas ao custo ou custo amortizado.
- (iii) Financiamentos obtidos - Estão registados ao custo. São registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efectiva não

reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

- (iv) Caixa e equivalentes de caixa - Estão registados ao custo. Inclui os valores em caixa, os depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

Capital social – As quotas são classificadas no capital próprio, líquidas dos montantes de capital subscrito e não realizado

Subsídios e apoios do governo – Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

Provisões, ativos e passivos contingentes - A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões existentes estão mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação.

Regime do acréscimo - Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” ou “Diferimentos”.

Rédito – É registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços. É reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Imposto sobre o rendimento - A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Os passivos por impostos diferidos foram calculados com base na taxa de imposto em vigor. No caso da AMBILITAL foi estimada uma taxa de 25% de IRC e 1,5% de derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que,

dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Benefícios dos empregados - Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de Férias e de Natal, isenção de horário de trabalho, diuturnidades, subsídios de turno, abono para falhas, prémios e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vence-se a 31 de Dezembro do respetivo ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos respetivos são reconhecidos similarmente aos benefícios atrás referidos.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

Eventos subsequentes - Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### **3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes**

#### **Principais estimativas e julgamentos apresentados**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AMBILITAL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

#### **a) Provisões e Passivos Contingentes**

A AMBILITAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## b) Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

## 4. Fluxos de caixa

### a) Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não há valores relativos ao caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso.

### b) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2013			31.12.2012		
		Quantias disp. para uso	Quantias indisp. para uso	Totais	Quantias disp. para uso	Quantias indisp. para uso	Totais
Caixa	Numerário	3.690,00		<b>3.690,00</b>	12.511,94		<b>12.511,94</b>
	Outros meios monetários	0,00		<b>0,00</b>	0,00		<b>0,00</b>
	<b>Subtotais</b>	<b>3.690,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.690,00</b>	<b>12.511,94</b>	<b>0,00</b>	<b>12.511,94</b>
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1.547.791,40		<b>1.547.791,40</b>	903.376,85		<b>903.376,85</b>
	Outros depósitos bancários	1.130.000,00		<b>1.130.000,00</b>	1.643.795,00		<b>1.643.795,00</b>
	<b>Subtotais</b>	<b>2.677.791,40</b>	<b>0,00</b>	<b>2.677.791,40</b>	<b>2.547.171,85</b>	<b>0,00</b>	<b>2.547.171,85</b>
<b>Totais</b>		<b>2.681.481,40</b>	<b>0,00</b>	<b>2.681.481,40</b>	<b>2.559.683,79</b>	<b>0,00</b>	<b>2.559.683,79</b>

## 5. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2013, a AMBILITAL é participada pela AMAGRA que detém 51% do capital da empresa e pela SUMA que detém 49%.

### 5.1 Remuneração do Pessoal chave da gestão

O Conselho de Administração da AMBILITAL foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da Empresa foram as seguintes:

Órgão Social	Valor anual/13	Valor anual/12
Administração	76.633 EUR	93.831 EUR

Não existem empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração.

## 5.2 Saldos e transacções com entidades relacionadas

Os principais saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

### 5.2.1. Saldos:

(Valores em euros)

Entidade	Ano 2013		Ano 2012	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
AMAGRA		8.385,02		16.770,04
SUMA, S.A.		0,00		56.381,51

### 5.2.2 Transacções

(Valores em euros)

Entidade	Rubricas	Exercício	
		2013	2012
AMAGRA	Aquisição de Serviços	81.805,08	81.805,08
SUMA	Aquisição de Serviços	0,00	45.838,68
<b>TOTAL</b>		<b>81.805,08</b>	<b>127.643,76</b>

## 6. Ativos fixos tangíveis

### a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

### b) Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usados

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:



	<b>Anos de vida útil</b>
Edifícios e outras construções	10 - 25
Equipamento básico	8 - 14
Equipamento de transporte	4 – 6
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	8 - 12

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda / abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data daquela operação, sendo registadas na demonstração dos resultados, nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, respetivamente.

c) Movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2013 e de 2012 foi o seguinte:

	<b>2012</b>					
	<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>Aquisições / Dotações</b>	<b>Abates</b>	<b>Transf.</b>	<b>Revalor.</b>	<b>Saldo em 31/12/2012</b>
<b>Activo fixo tangível:</b>						
Terrenos e recursos naturais	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.000,00
Edifícios e outras construções	4.524.904,40	0,00	0,00	2.135.334,20	0,00	6.660.238,60
Equipamento básico	5.778.963,64	9.615,13	0,00	3.314.680,73	0,00	9.103.259,50
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	118.895,81	2.145,00	0,00	0,00	0,00	121.040,81
Outros activos fixos tangíveis	208.075,08	2.796,78	0,00	0,00	0,00	210.871,86
Investimentos em curso	6.296.598,44	1.139.185,70	0,00	-5.450.014,93	0,00	1.985.769,21
	<b>17.197.618,56</b>	<b>1.153.742,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.351.361,17</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	1.328.443,00	304.943,85	0,00	0,00	0,00	1.633.386,85
Equipamento básico	3.159.072,63	852.771,92	0,00	-3.287,40	0,00	4.008.557,15
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	110.902,88	5.548,25	0,00	0,00	0,00	116.451,13
Outros activos fixos tangíveis	193.309,12	8.747,50	0,00	0,00	0,00	202.056,62
	<b>4.809.908,82</b>	<b>1.172.011,52</b>	<b>0,00</b>	<b>-3.287,40</b>	<b>0,00</b>	<b>5.978.632,94</b>

2013						
	Saldo em 01/01/2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	Saldo em 31/12/2013
<b>Activo fixo tangível:</b>						
Terrenos e recursos naturais	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.000,00
Edifícios e outras construções	6.660.238,60	0,00	0,00	510.791,91	0,00	7.171.030,51
Equipamento básico	9.103.259,50	28.460,39	0,00	856.829,97	0,00	9.988.549,86
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	121.040,81	2.292,88	0,00	0,00	0,00	123.333,69
Outros activos fixos tangíveis	210.871,86	937,43	0,00	0,00	0,00	211.809,29
Investimentos em curso	1.985.769,21	786.575,47	0,00	-1.365.621,88	0,00	1.406.722,80
	<b>18.351.361,17</b>	<b>818.266,17</b>	<b>0,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.171.627,34</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	1.633.386,85	349.883,64	0,00	0,00	0,00	1.983.270,49
Equipamento básico	4.008.557,15	1.015.733,41	0,00	0,00	0,00	5.024.290,56
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	116.451,13	2.199,59	0,00	0,00	0,00	118.650,72
Outros activos fixos tangíveis	202.056,62	5.493,48	0,00	0,00	0,00	207.550,10
	<b>5.978.632,94</b>	<b>1.373.310,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.351.943,06</b>

Os valores incluídos na rubrica de “Ativos em Curso” referem-se às seguintes rubricas:

RUBRICAS	Valor (€)
Pavilhão p/ zona de armazenamento - triagem automática	294.956,98
Unidade de CDR	462.592,96
Novo Aterro	136.712,18
Central de Valorização Energética	362.646,19
Ampliação da ETAL	149.814,49
<b>Total</b>	<b>1.406.722,80</b>

No âmbito da transição para o SNC, reportada a 1 de Janeiro de 2010, a Empresa reviu as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis tendo concluído que um conjunto de viaturas pesadas apresentava contabilisticamente valores de depreciações acumuladas superiores aos que seriam adequados em função do seu estado de uso. Nesta conformidade, as amortizações acumuladas foram ajustadas retrospectivamente para que o seu valor contabilístico traduzisse as correspondentes novas vidas úteis esperadas. Tal procedimento teve um efeito positivo no Ativo e igual diminuição no Capital Próprio (Resultados Transitados) de 607.138 euros.

Adicionalmente foram revalorizados um conjunto de bens, que já se encontravam totalmente depreciados, cujo efeito no Ativo fixo tangível e nos capitais próprios foram de 118.340 euros.

## 7. Investimentos Financeiros

Os depósitos a prazo em instituições financeiras, com maturidade até 1 ano, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, apresentam a seguinte liquidez:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Depósito a prazo 2012	1.815.000,00	50.000,00	0,00	1.865.000,00
Depósito a prazo 2013	1.865.000,00	30.000,00	0,00	1.895.000,00

## 8. Custos de empréstimos obtidos

### a) Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o princípio do acréscimo.

## 9. Imparidade de ativos

### a) Quantia de perdas e reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período

Imparidades Acumuladas	31-dez-13	31-dez-12
<b>Cientes</b>		
<b>Saldo a 1 de Janeiro</b>	38.083,96	38.083,96
Perdas	1.488,78	0,00
Reversões	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>39.572,74</b>	<b>38.083,96</b>

## 10. Inventários

### a) Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, as mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). O método de custeio usado é o custo médio ponderado.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor entre o custo médio de aquisição ou de realização.

### b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<b>31-dez-13</b>	<b>31-dez-12</b>
Materias primas subsidiárias e de consumo	29.517,52	26.238,29
	<b>29.517,52</b>	<b>26.238,29</b>
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	<b>29.517,52</b>	<b>26.238,29</b>

c) Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o custo das vendas evoluiu da seguinte forma:

	<b>2013</b>			<b>2012</b>		
	<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b>	<b>Mercadorias</b>	<b>Total</b>	<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b>	<b>Mercadorias</b>	<b>Total</b>
Saldo inicial em 1 de Janeiro	26.238,29	0,00	26.238,29	30.631,81	0,00	30.631,81
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	367.881,03	0,00	367.881,03	375.474,61	0,00	375.474,61
Saldo final em 31 de Dezembro	29.517,52	0,00	29.517,52	26.238,29	0,00	26.238,29
<b>Custo de vendas</b>	<b>364.601,80</b>	<b>0,00</b>	<b>364.601,80</b>	<b>379.868,13</b>	<b>0,00</b>	<b>379.868,13</b>

## 11. Rédito

a) Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

Tal como descrito na nota 3 deste anexo, o rédito é registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestação de serviços. É reconhecido em resultados líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

b) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2013 e de 2012 foram como segue:

	<b>2013</b>			<b>2012</b>		
	<b>Mercado Interno</b>	<b>Mercado Externo</b>	<b>Total</b>	<b>Mercado Interno</b>	<b>Mercado Externo</b>	<b>Total</b>
Vendas	969.309,65	244,24	969.553,89	832.893,50	0,00	832.893,50
Prestação de serviços	2.534.267,02	0,00	2.534.267,02	2.407.689,24	0,00	2.407.689,24
	<b>3.503.576,67</b>	<b>244,24</b>	<b>3.503.820,91</b>	<b>3.240.582,74</b>	<b>0,00</b>	<b>3.240.582,74</b>

## 12. Provisões e passivos contingentes

Conforme é referido na nota 3, a Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

## Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões para Outros riscos e encargos é como segue:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
29 - Provisões				
29501 - Selagem do aterro	713.806,09	0,00	0,00	713.806,09
29502 - Monitorização pós encerramento do Aterro	487.362,55	0,00	0,00	487.362,55
Total	<b>1.201.168,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.201.168,64</b>

## Passivos Contingentes

No que concerne aos passivos contingentes, existe uma reivindicação da Caixa Leasing e Factoring, do pagamento de faturas pela Ambilital, no montante de 1.504.540,11 euros, acrescido de juros de mora, relativas ao processo de insolvência o fornecedor ACORIL, exigência que não tem qualquer fundamento, dado que tais facturas foram pagas ao respectivo Administrador de insolvência.

Sobre este assunto houve já decisão do tribunal competente (**Tribunal da 5ª Vara Cível de Lisboa**), com o seguinte teor:

*“Em face do exposto julga-se verificada a excepção dilatória de incompetência absoluta do presente tribunal por serem competentes para o efeito os tribunais da jurisdição administrativa e, em consequência, **absolve-se a Ré da instância...**L.,29/11/2013”.*

A autora recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa.

## 13 Subsídios do governo

- a) Política contabilística adoptada para os subsídios do governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas Demonstrações Financeiras

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos. No exercício não houve subsídios desta natureza.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

- b) Natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas Demonstrações Financeiras

Em 31.12.2013, o saldo da conta “Outras variações no capital próprio”, no total de 4.965.492,26 €, comporta o remanescente dos incentivos ao investimento ainda não transferidos para resultados e recebidos no âmbito dos programas de apoio (6.755.771,80 €), deduzido dos respetivos impostos diferidos (1.790.279,54 €).

As transferências para “Outros rendimentos e ganhos” das quotas-partes dos subsídios correspondentes às depreciações dos bens subsidiados no âmbito destes incentivos foram:

	<u>31-dez-13</u>	<u>31-dez-12</u>
Subsídios	834.910,74	632.157,91
	<b>834.910,74</b>	<b>632.157,91</b>

A AMBILITAL realizou 3 projetos que foram alvo de candidaturas no âmbito do PORA (QCA III), 1 projeto apoiado pelo POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território (QREN) e tem 7 projetos aprovados pela CCDR - Alentejo no âmbito do PORA / Inalentejo, em que 6 estão já em funcionamento e o restante está em fase de execução:

- a) Projeto de investimento “Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro”;
- b) Projeto de investimento “Construção/adaptação da ETAL”;
- c) Projeto de investimento “Sistema de Monitorização de Ecopontos” que consiste em Investimentos complementares de equipamentos e software no Sistema de Recicláveis e investimento num sistema, em formato de experiência piloto, de recolha e encaminhamento de RUB’s”;
- d) Projeto de investimento “Construção e exploração de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem de resíduos”;
- e) Ecocentro de Sines;
- f) Automatização da Linha de Triagem;
- g) Optimização da Recolha selectiva;
- h) Aproveitamento do Biogás;
- i) Sistema de Recolha de óleos usados;
- j) Optimização da rede de recolha selectiva de vidro e implementação de rede de recolha selectiva de rolhas de cortiça;
- k) Construção de zona de armazenamento Triagem Automática.

No que concerne ao Inalentejo, foram efectuadas reprogramações que conduziram a mudança da taxa de participação financeira de cada projeto.

A totalidade dos projetos de investimento encontra-se totalmente realizados, sendo que 8 aguardam os pagamentos dos saldos finais pelas entidades co-financiadoras.

Para todos os projetos foram assinados contratos programa ou contratos de participação financeira.

Para o projeto “Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro” foram aprovadas participações de 70% por parte da CCDR e 10% por parte do INR (os 10% do INR não englobam a parte do projeto que diz respeito aos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro). Os valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações do projeto são apresentados na tabela da página seguinte:

(Valores em euros)

Bens de Investimento	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados				Amortizações acumuladas em 31-12-13	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2013	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%	INR	%			
C.Triagem e Edif. Administrativo	1.610.648,90	1.205.867,75	628.347,15	52,11%	89.763,88	7,44%	551.210,68	41.292,91	354.430,84
Equipamentos C.Triagem e Edif.Administ.		674.509,63	472.156,74	70,00%	67.450,96	10,00%	654.889,45	30.051,05	523.911,42
Adapt.de ETL's e construção 2 ERAR's	2.252.000,00	1.823.491,71	1.094.483,72	60,02%	156.354,82	8,57%	752.190,12	62.541,93	515.970,90
Equipamentos das ETL's e ERAR's		369.897,09	164.982,57	44,60%	23.568,94	6,37%	369.897,09	735,96	188.551,51
Ecopontos	596.416,25	418.305,00	292.687,50	69,97%	41.812,50	10,00%	418.305,00	0,00	334.500,00
Viatura Multifunções		53.600,00	37.520,00	70,00%	5.360,00	10,00%	46.007,01	0,00	42.880,00
Viaturas	1.088.692,44	1.039.468,30	727.627,81	70,00%	103.946,83	10,00%	892.210,72	0,00	831.574,64
Campanha de sensibilização	204.059,29	221.949,95	142.841,50	64,36%	20.405,93	9,19%	221.949,95	0,00	163.247,43
Fiscalização	87.112,26	53.695,54	35.533,75	66,18%	5.076,25	9,45%	22.505,95	2.030,50	17.017,29
Estudo Económico/Financeiro	107.000,00	8.400,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8.400,00	0,00	0,00
Estudo dos Circuitos de Recolha		24.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24.000,00	0,00	0,00
Equipamento de Transporte	94.500,00	94.500,00	66.150,00	70,00%	-	-	84.262,50	0,00	66.150,00
Camião articulado	170.600,00	170.600,00	119.420,00	70,00%	-	-	170.600,00	0,00	119.372,40
Contentores	21.750,00	21.750,00	15.225,00	70,00%	-	-	21.750,00	0,00	15.225,00
Queimador de Biogás	69.690,00	69.690,00	48.783,00	70,00%	-	-	69.690,00	0,00	48.783,00
Pá de Rastos	167.000,00	167.000,00	116.900,00	70,00%	-	-	167.000,00	0,00	116.853,41
Compressor	1.470,00	1.470,00	1.029,00	70,00%	-	-	1.470,00	0,00	1.029,00
Abrigo Sombreador	1.500,00	1.500,00	1.050,00	70,00%	-	-	1.500,00	0,00	1.050,06
Telas para Abrigo sombreador	1.086,25	1.086,25	760,38	70,00%	-	-	1.086,25	0,00	760,38
	<b>6.473.525,39</b>	<b>6.420.781,22</b>	<b>3.965.498,13</b>	-	<b>513.740,11</b>	-	<b>4.478.924,72</b>	<b>136.652,35</b>	<b>3.341.307,27</b>

**Notas:**

- A rubrica do investimento "Fiscalização" foi, em termos de imobilizado, incluída nas rubricas "C.Triagem e Edif. Administrativo" e "Adapt.de ETL's e construção 2 ERAR's", ou seja, foi contabilizada na conta 422 e amortizada de acordo com estas últimas.
- No valor das quatro primeiras rubricas (2 empreitadas) e na rubrica "fiscalização" foram incluídos os valores referentes à revisão de preços apenas encerrada em 2006.
- Do valor executado da rubrica Equipamentos das ETL's e ERAR's foram retirados 49.307,50 referente à venda de 5 trituradoras de resíduos.
- Em 2008 foi efectuada uma reprogramação da candidatura o que originou o aumento do investimento elegível e consequentemente do valor participado. Dessa forma foi efectuado o registo contabilístico dessa alteração tendo sido transferido para o resultado do exercício o valor correspondente às amortizações dos equipamentos efectuadas em 2008, acrescido da correcção referente aos exercícios anteriores, uma vez que esta alteração (reprogramação) também afectou esses exercícios.
- Em 2011 a rubrica das viaturas foi corrigida no valor do subsídio transferido para o resultado do exercício e daí o valor negativo apresentado

O valor total da comparticipação aprovada, no valor de **4.479.238,24 euros**, encontra-se totalmente liquidada.

Para o projeto "Construção/adaptação da ETAL" foram aprovadas comparticipações de 68,46% por parte da CCDR e 9,78% por parte do INR. O projeto entrou em funcionamento em Junho de 2008 e os valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações são os seguintes:

(Valores em euros)

Bens de Investimento	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados				Amortizações acumuladas em 31-12-13	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2013	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%	INR	%			
Construção/Adaptação da ETAL	750.000,00	749.959,86	513.439,26	68,46%	73.348,47	9,78%	418.727,89	58.678,81	327.623,37
	<b>750.000,00</b>	<b>749.959,86</b>	<b>513.439,26</b>	-	<b>73.348,47</b>	-	<b>418.727,89</b>	<b>58.678,81</b>	<b>327.623,37</b>

O valor total da comparticipação aprovada encontra-se totalmente liquidada.

Para o projeto “Sistema de Monitorização de Ecopontos” foi aprovada uma comparticipação de 50% por parte da CCDR. O projeto foi totalmente executado durante o primeiro semestre de 2008 entrando em funcionamento no segundo semestre e os valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações são os seguintes:

(Valores em euros)

Rubricas da candidatura	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados		Amortizações acumuladas em 31-12-13	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2013	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%			
Software de gestão de frotas (1)	32.462,00	24.029,34	12.014,67	50,00%	24.029,34	0,00	12.014,67
Equipamento para georeferenciação de ecopontos e recolha de informação (1)	15.667,78	18.572,05	9.286,03	50,00%	18.572,05	0,00	9.286,03
Software de gestão de resíduos (1)	14.650,00	13.250,00	6.625,00	50,00%	13.250,00	0,00	6.625,08
Viatura de 19 ton para recolha de RUB's	165.000,00	154.000,00	77.000,00	50,00%	84.699,78	7.699,98	53.899,95
Contentores de 240 L e de 120 L	50.738,00	36.900,00	18.450,00	50,00%	28.993,14	2.635,74	14.496,57
Contentores de ecopontos	39.000,00	42.490,00	21.245,00	50,00%	33.384,78	3.034,98	16.692,39
Adaptação das superestruturas de recolha de recicláveis	300.000,00	298.500,00	149.250,00	50,00%	164.175,00	14.925,00	104.475,00
Campanha de sensibilização	31.800,00	25.382,00	12.691,00	50,00%	25.382,00	0,00	12.691,00
	<b>649.317,78</b>	<b>613.123,39</b>	<b>306.561,70</b>	-	<b>392.486,09</b>	<b>28.295,70</b>	<b>230.180,69</b>

A comparticipação aprovada no valor de **306.561,70** euros encontra-se totalmente liquidada.

O projeto “Construção e exploração de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem de resíduos” aprovado no âmbito do POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território (QREN) no 2º semestre de 2008, previa um investimento de, aproximadamente, 5.166.566,68 euros e uma comparticipação no valor de **4.357.137,35** euros. Após uma reprogramação financeira apresentada, o valor total elegível passou para 5.090.960,47 € e o montante total da comparticipação para 4.327.316,21 €.

Esta unidade começou a funcionar em Maio de 2012.

Para o projeto, em apreço, apresenta-se os respetivos subsídios e amortizações:



Descrição	Valor do Activo Imobilizado	Aprovado/Elegível	Amortizações Acumuladas em 31/12/2013	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2013	Subsídio transferido para o resultado acumulado
FISCALIZAÇÃO EMPREITADA (FUNGISTEEL)	17.100,00 €	16.965,88 €	1.425,00 €	721,05 €	1.201,75 €
PROJECTOS DE EXECUÇÃO (1ª EMPREITADA)	4.980,00 €	4.941,16 €	415,00 €	210,01 €	350,00 €
TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EDIFICAÇÃO DE ESTRUTURA (IRMÃOS CAVACO)	2.072.069,20 €	2.055.817,42 €	172.672,40 €	86.911,77 €	145.620,40 €
TRABALHOS DA EMPRESA METROCOMPOST PARA FUNCIONAMENTO DA UTM	2.792.592,44 €	2.770.689,41 €	581.790,00 €	293.186,20 €	490.642,92 €
EMPILHADOR	73.700,00 €	73.121,95 €	20.464,00 €	10.354,80 €	17.258,00 €
VIATURA MERCEDES - BENZ 29-JB-59	127.500,00 €	126.499,98 €	21.250,00 €	10.752,50 €	17.920,83 €
CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO	43.264,00 €	42.924,67 €	0,00 €	36.485,97 €	36.485,97 €
<b>TOTAIS</b>	<b>5.131.205,64 €</b>	<b>5.090.960,47 €</b>	<b>798.016,40 €</b>	<b>438.622,30 €</b>	<b>709.479,87 €</b>

Em relação às últimas 7 candidaturas encontram-se executadas 6 cujos valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações são os seguintes:

(Valores em euros)

Projecto	Rubrica da candidatura	Valor Aprovado	Valor do Investimento	Subsídios Contratados		Amortizações acumuladas em 31-12-13	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2013	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
				FEDER	%			
Recolha óleos	Viatura recolha oleos 94-JN-56	39.448,83	39.448,83	23.937,55	60,68%	11.177,16	2.660,59	6.782,30
Recolha óleos	Oleão Ecobox PF 360	41.625,00	41.625,00	25.258,05	60,68%	39.312,50	9.355,45	23.854,83
Recolha óleos	Depósitos p/ oleos alimentares c/ tampa 30 Lt	2.520,00	2.520,00	1.529,14	60,68%	2.380,00	566,38	1.444,18
Triagem automática	Equipamentos sistema triagem automática	694.500,00	735.000,00	395.865,00	53,86%	245.000,00	49.482,37	131.955,00
Rede de Biogás	Rede de Biogás	192.350,00	192.350,00	149.513,66	77,73%	26.047,32	12.252,06	20.246,58
Otimização das Redes de Recolha Seletiva	Viatura 96-ML-87	109.000,00	109.000,00	69.836,30	64,07%	20.891,59	7.690,01	13.385,24
Ecocentro de Sines	Viatura Iveco 93-MN-84	100.495,00	100.495,00	60.166,36	59,87%	17.586,66	6.232,97	10.529,13
Ecocentro de Sines	Trabalhos de Construção Civil	308.184,89	312.057,04	184.510,28	59,13%	15.602,88	9.225,53	9.225,53
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Viatura Volvo 93-NG-51	169.900,00	169.900,00	144.415,00	85,00%	16.989,96	14.441,47	14.441,47
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Viatura Volvo 93-NG-52	169.900,00	169.900,00	144.415,00	85,00%	16.989,96	14.441,47	14.441,47
Ecocentro de Sines	1 Bâscula	14.240,00	14.240,00	8.525,49	59,87%	1.779,96	1.065,66	1.065,66

Ecocentro de Sines	2 prensas com tremonha	50.975,00	50.975,00	30.518,73	59,87%	6.371,88	3.814,84	3.814,84
Ecocentro de Sines	9 contentores abertos de 30 m <sup>3</sup>	33.975,00	33.975,00	20.340,83	59,87%	4.851,60	2.904,65	2.904,65
Ecocentro de Sines	2 contentores fechados de 30 m <sup>3</sup>	9.550,00	9.550,00	5.717,59	59,87%	1.363,80	816,51	816,51
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	200 contentores para deposição de rolhas de cortiça	9.000,00	9.000,00	7.650,00	85,00%	1.499,88	1.274,90	1.274,90
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	100 contentores para deposição de embalagens de vidro	44.700,00	44.440,32	37.774,27	85,00%	7.405,98	6.295,08	6.295,08
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Construção Civil Ecocentro p/ fluxo de vidro	198.734,15	198.734,87	168.924,64	85,00%	4.968,36	4.223,11	4.223,11
Optimização das Redes de Recolha Selectiva	150 Ecopontos	189.599,65	189.599,65	121.476,50	64,07%	31.596,78	20.244,06	20.244,06
Optimização das Redes de Recolha Selectiva	Veículo lavagem de ecopontos	83.000,00	83.000,00	53.178,10	64,07%	4.150,02	2.658,92	2.658,92
Optimização das Redes de Recolha Selectiva	5 Prensas fixas	54.650,00	54.650,00	35.014,26	64,07%	2.732,52	1.750,73	1.750,73
Optimização das Redes de Recolha Selectiva	6 Contentores fechados de 30 m <sup>3</sup>	27.600,00	27.600,00	17.683,32	64,07%	1.970,64	1.262,59	1.262,59
		<b>2.543.947,52</b>	<b>2.588.060,71</b>	<b>1.706.250,06</b>	-	<b>480.669,45</b>	<b>172.659,35</b>	<b>292.616,78</b>

## 14. Imposto sobre o rendimento

### a) Principais componentes de gastos de impostos

A estimativa de imposto corrente é de 63.185,47 euros em 2013 e foi de 163.410,81 euros em 2012 e inclui o IRC derivado da aplicação da taxa de 25%, as tributações autónomas e a derrama. A estimativa de IRC de 2013 está afectada positivamente pelo efeito dos benefícios fiscais ao investimento previstos no RFAI e no CFEI, os quais ascenderam a 121.900 euros.

### b) Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa se encontra fixada em 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente.

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		2013			2012				
		Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período	1	-	726.522,89			492.391,36		
	Gastos/(rendimentos) de impostos	2	-	- 195.869,50			- 41.402,41		
	Resultado antes de impostos	3 = 1 + 2	3	530.653,39		-	450.988,95		-
Ajustamentos para o lucro tributável (Diferenças definitivas)	A acrescentar		4	169.119,45			160.367,87		
	A deduzir		5	- 3.324,33					
	A acrescentar		6						
	A deduzir		7						
<b>Lucro/(Prejuízo fiscal)</b>		<b>8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7</b>		<b>696.448,51</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>611.356,82</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>
Dedução de perdas fiscais		9		-			-		
<b>Matéria colectável / colecta</b>		<b>10 = 8 - 9</b>		<b>696.448,51</b>	<b>25,00%</b>	<b>174.112,13</b>	<b>611.356,82</b>	<b>25,00%</b>	<b>152.839,21</b>
Benefícios Fiscais		11				121.878,49			-
<b>IRC Liquidado</b>		<b>12 = 10 - 11</b>		<b>696.448,51</b>	<b>7,50%</b>	<b>52.233,64</b>	<b>611.356,82</b>	<b>25,00%</b>	<b>152.839,21</b>
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma	13		5.050,98	10,00%	505,10	14.012,48	10,00%	1.401,25
	Derrama	14		696.448,51	1,50%	10.446,73	611.356,82	1,50%	9.170,35
Imposto corrente		3	15 = 12 + 13 + 14			63.185,47			163.410,81
<b>Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média</b>		<b>3</b>	<b>16 = 15 / 3</b>	<b>530.653,39</b>	<b>11,91%</b>	<b>63.185,47</b>	<b>450.988,95</b>	<b>36,23%</b>	<b>163.410,81</b>

c) Passivos por impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2013, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	2013	2012
Impacto na demonstração dos resultados		
Passivos por impostos diferidos	259.055	204.813
Impacto no capital próprio		
Passivos por impostos diferidos	234.141	225.543

**15. Instrumentos financeiros**

a) Cientes

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, os saldos de Cientes são registadas ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>
<b>Clientes</b>		
Clientes conta corrente	1.082.209,97	1.300.048,17
Clientes títulos a receber	0,00	0,00
Clientes letras descontadas	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	<u>40.094,99</u>	<u>38.235,87</u>
	<b>1.122.304,96</b>	<b>1.338.284,04</b>
Perdas por imparidade acumuladas	<u>-39.572,74</u>	<u>-38.083,96</u>
	<b><u>1.082.732,22</u></b>	<b><u>1.300.200,08</u></b>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, a decomposição da rubrica de Clientes de cobrança duvidosa, é como se segue:

Nome	Valor
LUIS MANUEL RAPOSO GONÇALVES	1.466,37
ACORIL EMPREITEIROS SA	34.819,74
ANTORGIL LDA	351,20
MILRAMOS	25,26
COMFRATONIO CONSTRUÇÕES, LDA	13,53
OLIVO	20,35
YAROSCAR SHEHERBJAX	270,24
ENERSOPRO, LDA	536,24
DIESELBASE	1.322,88
MARIA ESTRELLA	1.269,18
<b>TOTAL</b>	<b>40.094,99</b>

b) Outras contas a receber

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, os saldos de Outras contas a receber são registadas ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Pessoal	600,00	600,00
Fornecedores	403,48	7.190,91
Subsídios (entidades gestoras)	281.185,81	403.664,75
Devedores por acréscimo de rendimentos	10.483,10	21.905,51
Outros	<u>9.425,31</u>	<u>9.476,28</u>
	302.097,70	442.837,45
Perdas por imparidade acumuladas	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<b><u>302.097,70</u></b>	<b><u>442.837,45</u></b>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 não ocorreram movimentos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores”.

c) Diferimentos

Em cumprimento do regime do acréscimo, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” ou “Diferimentos”.

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os saldos da rubrica “Diferimentos” foram como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Diferimentos ( Ativo)</b>		
Seguros	18.450,77	13.008,15
Outros gastos a reconhecer	3.658,02	5.068,44
	<u><b>22.108,79</b></u>	<u><b>18.076,59</b></u>
<b>Diferimentos ( Passivo)</b>		
Operações de Selagem Aterro e Monitorização	816.964,61	816.964,61
Outros a reconhecer	0,00	0,00
	<u><b>816.964,61</b></u>	<u><b>816.964,61</b></u>

Os rendimentos a reconhecer resultam da alteração do procedimento contabilístico no âmbito das actividades futuras de selagem e monitorização do aterro após o encerramento cujos valores subjacentes foram provisionadas até 2007 e a partir dessa data foram contabilizados como rendimento a reconhecer.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos bancários obtidos estão registados ao custo. São registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efectiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 os saldos apresentavam-se como segue:

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Empréstimos bancários	783.618,33	138.896,86	923.066,41	138.345,64
Contas caucionadas	0,00	300.000,00	0,00	500.000,00
	<u><b>783.618,33</b></u>	<u><b>438.896,86</b></u>	<u><b>923.066,41</b></u>	<u><b>638.345,64</b></u>

Os financiamentos são classificados como passivo corrente ou não-corrente, consoante o prazo estabelecido para o seu pagamento não é, ou é, superior a 12 meses após a data de encerramento.

À data do balanço não existiam situações de incumprimento em financiamentos contraídos.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores encontram-se registadas ao custo.

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
	<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores conta corrente	104.945,10	167.768,16
	<b>104.945,10</b>	<b>167.768,16</b>

f) Outras contas a pagar

Tal como comentado na nota 3 deste anexo, os saldos de “Outras contas a pagar” são registadas ao custo ou custo amortizado.

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica “Outras contas a pagar”, evidenciada no passivo corrente, tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores de investimentos	237.236,50	2.141,31
Outros credores	631,92	701,05
Credores por acréscimo de gastos	303.805,80	203.381,93
Impostos diferidos	1.858.122,71	2.092.182,88
Clientes c/c	31,22	30,19
	<b>2.399.828,15</b>	<b>2.298.437,36</b>

g) Capital próprio

g.1) Capital social

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2 quotas, num total de 3.600.000 €.

g.2) Reserva Legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Os estatutos da empresa consideram uma dotação de 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal sendo que é nesta percentagem que a dotação tem sido efectuada.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral, o resultado líquido de 2012 foi aplicado no reforço da reserva legal em 49.239,14 euros.

### g.3) Reserva Livre

A reserva livre, cuja constituição foi decidida pelos sócios nas assembleias de aprovação de contas, pode ser utilizada livremente pelos mesmos.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral, o resultado líquido de 2012 foi aplicado no reforço da reserva livre em 285.173,81 euros.

### g.4) Resultados transitados

Os saldos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e os movimentos ocorridos são os seguintes:

Explicação/Conta	561	5694	5695	5696	5699	TOTAL
<b>Saldos Iniciais</b>	<b>-27.426,34</b>	<b>46.644,92</b>	<b>351.718,05</b>	<b>-12.691,00</b>	<b>-105.566,19</b>	<b>252.679,44</b>
Remensuração ao Justo Valor	23.898,36	-23.898,36				<b>0,00</b>
Ajustamento depreciação acumulada	118.756,82		-118.756,82			<b>0,00</b>
Transferência do montante dos Imp. Dif.	-37.803,62				37.803,62	<b>0,00</b>
Transferência do montante dos Imp. Dif.	-221.331,96					<b>-221.331,96</b>
<b>Saldos Finais</b>	<b>-143.906,74</b>	<b>22.746,56</b>	<b>232.961,23</b>	<b>-12.691,00</b>	<b>-67.762,57</b>	<b>31.347,48</b>

Valores positivos = Valor credor / Valores negativos = Valor devedor (Valores em euros)

### g.5) Outras variações de capital

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

Outras Variações do Capital Próprio	2013	2012	Varição
Subsídios Recicláveis 70% CCDR	1.218.012,80	1.381.669,39	<b>-11,84%</b>
Subsídios Recicláveis 10% INR	179.001,40	202.376,59	<b>-11,55%</b>
Subsídios RSU 70% CCDR	0,00	0,00	<b>0,00%</b>
Subsídios UTM 70% POVT	3.617.836,33	4.086.279,77	<b>-11,46%</b>
Subsídios OVER 50% CCDR	76.354,41	104.652,30	<b>-27,04%</b>
Subsídios 57% CCDR - PORA	1.664.566,86	1.721.688,68	<b>-3,32%</b>
Impostos Diferidos	- 1.790.279,54	- 1.986.616,70	<b>-9,88%</b>
<b>Total</b>	<b>4.965.492,26</b>	<b>5.510.050,03</b>	<b>-9,88%</b>

### **Distribuições**

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 atribuídos aos accionistas/sócios ascenderam a 157.978,41 euros.

## 16. Acontecimentos após a data do balanço

### a) Autorização para emissão:

As Demonstrações financeiras preparadas pelos serviços foram aprovadas e subscritas pelo Conselho de Administração na data mencionada no Relatório de Gestão.

### b) Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

Após a data do Balanço, não foram recebidas quaisquer informações sobre factos suscetíveis de afectar as contas ou influenciar a sua apreciação.

## 17. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, a Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, a Empresa informa que, durante o exercício de 2013, não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o número de quotas próprias detidas em 31 de Dezembro de 2013.

## 18. Matérias ambientais

a) Nos termos da DL n.º 152/2002 de 23 de Maio, a AMBILITAL deverá proceder ao encerramento do aterro sanitário que explora, bem como garantir a manutenção pós-encerramento nos 30 anos subsequentes ao seu encerramento, nos termos do disposto na parte II do anexo IV, conforme disposições do seu artigo 26.

Nessa conformidade, e para fazer face à obrigação de encerramento, a AMBILITAL constituiu, em 2002, uma provisão que foi reforçada até ao ano de 2006, para fazer face aos encargos a incorrer com a operação de encerramento e selagem mencionada no artigo referido no parágrafo anterior.

Decorrente da segunda obrigação quanto à manutenção ambiental no período posterior ao encerramento do Aterro, a AMBILITAL constituiu, em 2003, uma provisão que foi reforçada até ao ano de 2006, para fazer face aos encargos a incorrer com a operação de manutenção ambiental mencionada no artigo acima mencionado.

Nos termos da legislação em vigor, foram apresentados requerimentos, em 19 de Agosto de 2002 (com novo envio a 20 de Junho de 2007 com actualização do valor previsto para o encerramento do aterro conforme nota n.º 3) e 29 de Dezembro de 2003, ao Director Geral dos Impostos no sentido de que os valores das provisões para selagem e monitorização do aterro sejam aceites como custo fiscal.

---



A 5 e 10 de Dezembro de 2007 foram recebidas as respostas da DGCI em que são indeferidos os pedidos formulados pela AMBILITAL com a justificação “...**da falta de base legal, por não se enquadrarem no artigo 38º do Código do IRC, uma vez que o legislador foi bastante preciso na letra e sentido da lei ao restringir tal regime apenas às entidades de indústria extractiva**”.

b) Em Janeiro de 2008 a AMBILITAL apresentou recursos hierárquicos e foi, em sequência, inspeccionada pela própria DGCI a 21 de Janeiro de 2008. A 13 de Maio de 2008 foi negado provimento aos recursos hierárquicos apresentados pela AMBILITAL. Ainda durante esse mês recebeu a nota de liquidação do IRC referente à não aceitação como custo fiscal das provisões no exercício de 2004, no valor de 71.170,19 euros (incluindo juros compensatórios), tendo recebido em Junho a nota de liquidação referente ao exercício de 2005, no valor de 52.720,97 euros (incluindo juros compensatórios) e em Agosto a nota de liquidação referente ao exercício de 2006, no valor de 94.536,54 euros (incluindo juros compensatórios).

A AMBILITAL efectuou, dentro dos prazos legais, os pagamentos do IRC liquidado, efectuando o respetivo lançamento contabilístico a débito da conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos uma vez que considera ser este um ativo a recuperar e apresentou de seguida reclamação graciosa das referidas liquidações que foram posteriormente indeferidas. A 24 de Novembro de 2008 a AMBILITAL apresentou recursos hierárquicos dos indeferimentos das reclamações graciosas (referentes aos anos 2004, 2005 e 2006), os quais foram indeferidos pela Administração Fiscal.

Face do exposto anteriormente, a partir de 2007 inclusive, foi decidido optar, em alternativa ao reforço das provisões, pelo deferimento de rendimentos e de igual valor, procedimento sustentado no princípio da especialização dos exercícios, e nas disposições do Dec. Lei 152/2002. Esta alteração foi decidida por prudência dado o indeferimento por parte da DGCI aos nossos requerimentos, a solicitar a aceitação fiscal dos custos decorrentes da constituição das provisões.

Entretanto, o Orçamento de Estado para 2009 alterou os artigos 34º e 38º do CIRC no sentido de contemplar a aceitação fiscal das provisões constituídas pelas empresas de tratamento e eliminação de resíduos que se destinarem a fazer face aos encargos com a recuperação paisagística e ambiental dos locais afectos à exploração, sempre que tal seja obrigatório e após a cessação desta. Para além disso introduziu uma disposição transitória no sentido de serem aceites fiscalmente as provisões constituídas em anos anteriores, como é o caso da AMBILITAL. Assim, e de acordo com o estabelecido em termos legais, a AMBILITAL apresentou em Abril de 2009 um requerimento a solicitar a aceitação das referidas provisões constituídas em exercícios anteriores e o reembolso do IRC e juros pagos, conforme acima referido (218.427,60€), em relação ao qual, e não obstante entrarmos em contacto regular com os serviços no sentido de saber como está o processo, ainda aguarda resposta. Em 12 de Dezembro de 2013 a Ambilital foi informada do deferimento da sua pretensão. No entanto quanto ao pedido de anulação do imposto e respectivos juros, o processo foi remetido para a D.F. de Setúbal para verificação da correcção das provisões referentes aos anos em causa.

Apresenta-se de seguida os valores estimados e contabilizados dos custos a incorrer com a selagem do aterro e a sua monitorização após encerramento e respetivos ativos para fazer face a essa despesa:

(Valores em euros)

Especialização dos custos com a selagem e monitorização do Aterro após encerramento	Valor
Provisões - 2002	108.000,00
Provisões - 2003	221.805,71
Provisões - 2004	229.617,33
Provisões - 2005	224.560,98
Provisões - 2006	417.184,62
Diferimento de proveitos (2007)	453.846,70
Diferimento de proveitos (2008)	363.117,91
Total	<b>2.018.133,25</b>

(Valores em euros)

Activos para garantir a despesa	Valor
Deposito Bancário (conforme ponto 18 da ABDR)	1.895.000,00
IRC adicional e juros pagos referentes ao ano 2004 contabilizado na conta Estado e Out. entes P.	71.170,19
IRC adicional e juros pagos referentes ao ano 2005 contabilizado na conta Estado e Out. entes P.	52.720,97
IRC adicional e juros pagos referentes ao ano 2006 contabilizado na conta Estado e Out. entes P.	94.536,54
Total	<b>2.113.427,70</b>

## 19. Outras informações

### a) Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-dez-13</u>	<u>31-dez-12</u>
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	312.597,90	218.427,70
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	352.179,11	248.680,60
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u><b>664.777,01</b></u>	<u><b>467.108,30</b></u>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	0,00	59.240,50
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	6.172,18	6.153,20
Segurança Social, CGA e ADSE	17.418,92	16.565,08
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u><b>23.591,10</b></u>	<u><b>81.958,78</b></u>

## b) Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

	<u>31-dez-13</u>	<u>31-dez-12</u>
Conservação e reparação	-187.003,27	-134.284,50
Electricidade	-98.111,99	-89.539,83
Trabalhos especializados	-212.030,87	-214.504,59
Serviços bancários	-3.971,19	-6.318,12
Seguros	-34.762,17	-31.305,49
Combustíveis	-53.335,05	-49.035,20
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-38.456,31	-26.925,27
Comunicação	-7.145,10	-7.693,04
Rendas e alugueres	-98.927,96	-92.018,42
Deslocações e estadas	-1.139,75	-810,26
Publicidade e propaganda	-9.349,05	-1.690,00
Material de escritório	-2.881,02	-3.227,65
Honorários	-7.616,00	-4.423,20
Limpeza, higiene e conforto	-3.533,71	-5.165,77
Outros	-15.442,99	-14.288,77
	<u><b>-773.706,43</b></u>	<u><b>-681.230,11</b></u>

## c) Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

	<u>31-dez-13</u>	<u>31-dez-12</u>
Remunerações dos órgãos sociais	-76.632,73	-93.831,20
Remunerações do pessoal	-693.199,41	-637.008,26
Seguro de ac. de trab. e doenças profissionais	-10.796,18	-14.046,99
Encargos sobre remunerações	-161.277,49	-143.547,17
Outros gastos com pessoal	-45.013,73	-43.088,18
	<u><b>-986.919,54</b></u>	<u><b>-931.521,80</b></u>

#### d) Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

	<u>31-dez-13</u>	<u>31-dez-12</u>
Rendimentos suplementares	2.375,00	44,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Alienações / Sinistros	0,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	6.298,89	5.647,56
Imputação do sub. para investimentos	834.910,74	632.157,91
Outros rendimentos e ganhos	1.377,85	16.823,31
Juros obtidos (nota 1)	<u>74.364,17</u>	<u>57.063,78</u>
	<u><b>919.326,65</b></u>	<u><b>711.736,56</b></u>

#### e) Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

	<u>31-dez-13</u>	<u>31-dez-12</u>
Impostos e taxas	-323.378,11	-269.684,14
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Donativos	0,00	-200,00
Quotizações	-11.000,00	-11.000,00
Correcções relativas a períodos anteriores	-25.673,63	-19.445,69
Outros gastos e perdas	<u>-790,64</u>	<u>-500,00</u>
	<u><b>-360.842,38</b></u>	<u><b>-300.829,83</b></u>

#### f) Juros e gastos similares obtidos e suportados

Os juros e gastos similares obtidos e suportados, nos períodos de 2013 e de 2012, tinham a seguinte composição:

	<u>31-dez-13</u>	<u>31-dez-12</u>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	-28.426,73	-31.626,82
Outros gastos e perdas de financiamento	<u>-3.198,39</u>	<u>-4.242,14</u>
	<b>-31.625,12</b>	<b>-35.868,96</b>

### 20 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

a) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A e INR/APA, no âmbito do Investimento na implementação do Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro, e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **136.652,41 euros**;

b) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A e INR/APA, no âmbito do Investimento no Sistema de Tratamento de Lixiviado do Aterro Sanitário, e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **58.678,82 euros**.

c) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A, no âmbito do Investimento no projeto “Sistema de Monitorização de Ecopontos”, e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **28.297,88 euros**.

d) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A, no âmbito dos projetos candidatados ao Inalentejo e que já se encontram em funcionamento foi de **172.659,39 euros**.

e) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pelo POVT/QREN, no âmbito do Investimento na implementação de uma Unidade de Tratamento Mecânico por Compostagem, revelado nas contas foi de **438.622,24 euros**.

f) Foram considerados benefícios fiscais de acordo com as seguintes tabelas:

Benefícios Fiscais utilizados	Acréscimo de custos	Poupança IRC
Donativo - Estatuto do Mecenato (Decreto-Lei n.º 74/99)	0,00	0,00
Criação de emprego - EBF (Artigo 19º do EBF)	3.324,33	880,95
Redução da Taxa de IRC - EBF (nº1, alínea a) do Artigo 43 do EBF)	0,00	0,00
Criação líquida postos trabalho - EBF (nº1, alínea d) do Artigo 43 do EBF)	0,00	0,00
Amortizações - EBF (nº1, alínea c) do Artigo 43 do EBF)	0,00	0,00
Benefício Fiscal (Quotizações)	0,00	0,00
Total	<b>3.324,33</b>	<b>880,95</b>

Benefícios Fiscais utilizados	Dedução à coleta de IRC	Poupança IRC
Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) (Decreto-Lei nº 82/2013)	12.658,89	12.658,89
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI) (Lei nº 49/2013)	109.219,60	109.219,60
Total	<b>121.878,49</b>	<b>121.878,49</b>

g) O enquadramento legal desta empresa, durante o exercício de 2013 encontrava-se descrito na Lei nº 53-F/2006 de 29 de Dezembro (Regime Jurídico do Sector Empresarial Local), revogada pela Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto actualmente em vigor.

h) A empresa tem a sua situação regularizada perante o Estado, Segurança Social e os trabalhadores da empresa.

i) Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa possuía responsabilidades com uma garantia prestada a favor da Comissão Coordenadora e de Desenvolvimento do Alentejo, no valor de 82.500 euros, para além das registadas no balanço.

Ermidas Sado, 18 de Fevereiro de 2014.



**ambiental**  
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, I.M.

Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM  
Empresa Intermunicipal  
Monte Novo dos Modérrimos - Ermidas Sado - Santiago do Cacém  
Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém  
NIPC 505 255 391  
Capital Social: € 3.600.000

**MAPA DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO DE 2013**

Imobilizado Corpóreo	Investimento TOTAL	Investimento períodos anteriores	Previsto p/2013	Executado	Mês de Aquisição/Execução	Desvio	Justificação
<b>Edifícios e Outras Construções</b>	<b>9.105.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.405.000,00</b>	<b>697.929,63</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.707.070,37</b>	<b>---</b>
ET/ERAR Carvalhal	1.150.000,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00	---
Instalação de cantina	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	---	-5.000,00	Investimento não realizado.
Unidade de Produção e Valorização de CDR	1.500.000,00	0,00	1.400.000,00	438.602,96	Novembro a Dezembro	-961.397,04	Investimento a decorrer.
Construção de uma célula destinada a resíduos não perigosos	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00	---
Aterro de Resíduos Industriais Banais	1.350.000,00	0,00	1.350.000,00	112.812,18	Maio a Dezembro	-1.237.187,82	Investimento a decorrer.
Projeto de construção de uma célula de deposição de RSUs - Aterro RSU	600.000,00	0,00	350.000,00	0,00	---	-350.000,00	Investimento não realizado.
Projeto de aumento da capacidade da unidade de tratamento de lixiviados	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00	---
Projeto de construção e exploração de uma unidade de receção e acondicionamento e armazenamento de resíduos industriais	300.000,00	0,00	300.000,00	146.514,49	Novembro a Dezembro	-153.485,51	Investimento da 1ª fase, concluído. A 2ª fase encontra-se em concurso.
Aumento das legoas para aumento da capacidade de tratamento de lixiviado	5.676.200,00	0,00	1.345.600,00	117.106,23	---	-1.228.493,77	---
<b>Equipamento Básico</b>	<b>37.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>37.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>---</b>	<b>-37.500,00</b>	<b>Investimento não realizado</b>
Reboques para Viaturas	950.000,00	0,00	150.000,00	0,00	---	-150.000,00	Investimento não realizado
Equipamentos para projeto de transferência de resíduos	250.000,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00	---
Projeto de implementação de uma linha de receção de veículos em fim de vida	312.000,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00	---
Otimização da recolha seletiva	1.887.500,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00	---
Projeto de Racionalização da logística da atual recolha seletiva	400.000,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00	---
Projeto lavagem de contentores	35.000,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00	---
Prensa para Central de Triagem	17.200,00	0,00	8.600,00	0,00	---	-8.600,00	Investimento não realizado.
Aquisição de pilhões de substituição (430 unidades)	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	---	-12.000,00	Investimento não realizado.
Cestos de rede metálica revestida para papel/cartão/ Plástico e metal/ Vidro - produtores de pequena dimensão (30)	75.000,00	0,00	37.500,00	0,00	---	-37.500,00	Investimento não realizado
Contentores de 30 m3	600.000,00	0,00	300.000,00	0,00	---	-300.000,00	Investimento não realizado.
Automatização da triagem de filme	750.000,00	0,00	450.000,00	0,00	---	-450.000,00	Investimento não realizado.
Otimização da recolha seletiva centros históricos e tradicional	350.000,00	0,00	350.000,00	88.645,84	Janeiro a Julho	-261.354,16	Investimento concluído.
Central de Valorização Energética / Biogás	28.460,39	0,00	0,00	28.460,39	Março a Dezembro	0,00	Investimento concluído.
Equipamento Básico Diverso	20.000,00	0,00	4.000,00	2.292,88	---	-1.707,12	---
<b>Equipamento Administrativo</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>292,36</b>	<b>Novembro</b>	<b>-1.707,64</b>	<b>Investimento concluído.</b>
Mobiliário diverso	10.000,00	0,00	2.000,00	2.000,52	Janeiro a Novembro	0,52	Investimento concluído.
Material Informático diverso	25.000,00	0,00	5.000,00	937,43	---	-4.062,57	---
<b>Outras Imobilizações</b>	<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>937,43</b>	<b>---</b>	<b>-4.062,57</b>	<b>---</b>
Ferramentas e utensílios diversos	14.826.200,00	0,00	4.759.600,00	818.266,17	Abril a Julho	-3.941.333,83	Investimento concluído.
<b>Total do Investimento no Exercício</b>	<b>14.826.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.759.600,00</b>	<b>818.266,17</b>	<b>---</b>	<b>-3.941.333,83</b>	<b>---</b>

Ermidas Sado, 18 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas (Membro da CTCOC nº 29755)

O Conselho de Administração